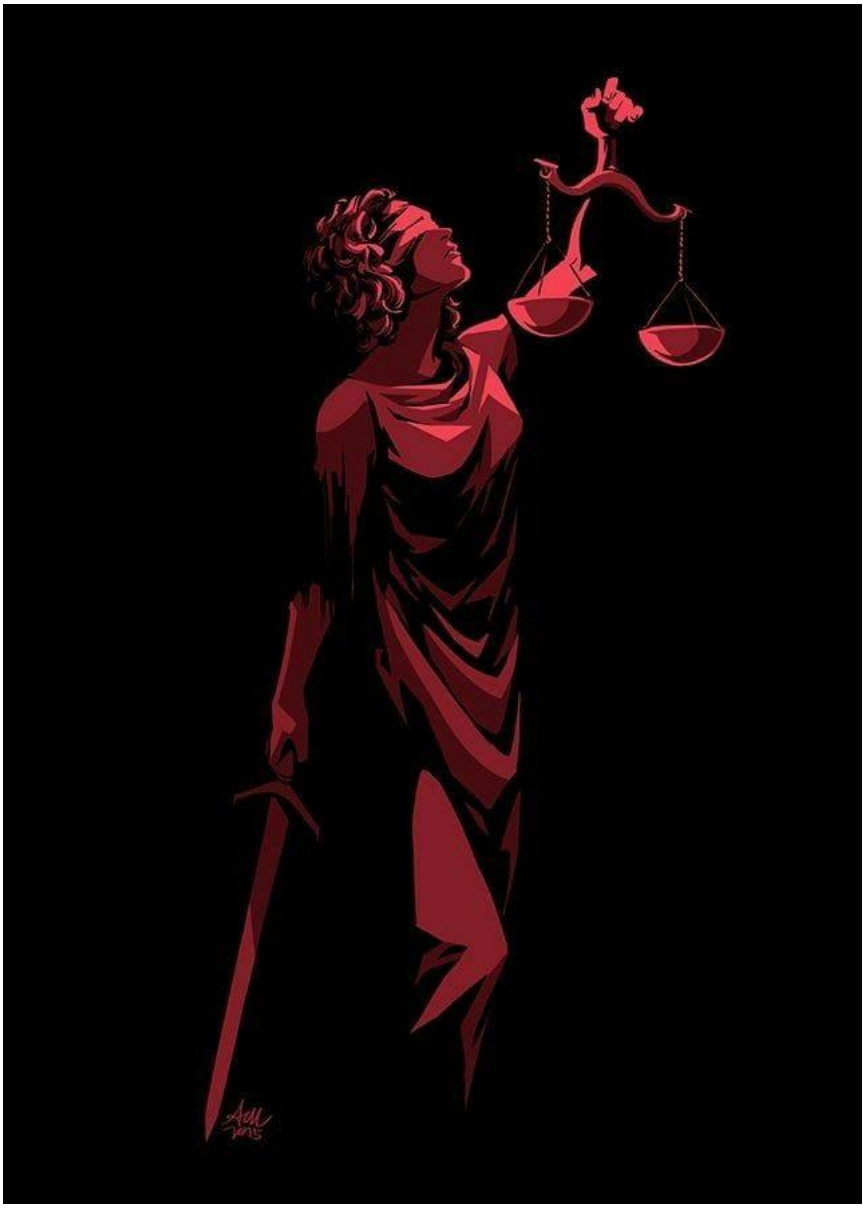
ANAIS FCARP

FCARP

Vol.1, n° 1 – 2021 Direito



Autor Corporativo:
Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP
CNPJ. 37.500.808/0003-0
Avenida 23 de Maio, 02 – Centro, Araputanga-MT CEP: 78.260-000

Organização:
Me. Jefferson Antonione Rodrigues
Ma. Mailsa Silva de Jesus

Editores:
Ma. Marilza Larranhagas da Cruz
Me. Jefferson Antonione Rodrigues
Telefone: (65) 32611314 E-mail: revista@fcarp.edu.br

Comitê Científico:
Me. Ademir Patrik de Moura
Esp. Eleuzamar Maria da Silva
Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes
Ma. Mailsa Silva de Jesus
Ma. Marilza Larranhagas da Cruz
Me. Waldemar Rosa Pereira
Dr. César Augustus Winck

Editoração e Diagramação:
Esp. Dinair Pereira Nunes
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Periodicidade:
Fluxo Contínuo

Idiomas:
Português

ARAPUTANGA – MT
2021

ANAIS FCARP

Vol. 1, n° 1 - 2021 **Direito**

ANAIS DO VI SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO ORAL DO CURSO DE DIREITO DA FCARP

PERÍODO: 16/11/2020 a 02/12/2020
FCARP – Araputanga – MT

EVENTO VIRTUAL

ORGANIZAÇÃO:

Ma. MAILSA SILVA DE JESUS
Coordenadora do Curso de Direito da FCARP

Ma. LUCIENE FRANCISCA DE SOUZA JESUS
Coordenadora do Núcleo de Trabalho de Curso – NTCC/FCARP

Ma. CLEUSA BERNADETE LARRANHAGAS MAMEDES
Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Direito – NUPEDI/FCARP

ARAPUTANGA – MT
2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 7
GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... 9
GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... 10
GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... 11
GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... 12
GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO 13
GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO 14
GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO 15
GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO 16
GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I 17
GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I 18
GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I 19
GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I 20
GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I 21
GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 22
GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 23
GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 24
GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 25
GT 05 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL 26
GT 05 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL 27
GT 06 – POLÍTICAS PÚBLICAS I..... 28
GT 06 – POLÍTICAS PÚBLICAS I..... 29
GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I..... 30
GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I..... 31
GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I..... 32
GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I..... 33

GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II 34
GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II 35
GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II 36
GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II 37
GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II 38
GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I 39
GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I 40
GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I 41
GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA 42
GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA 43
GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA 44
GT 11 – DIREITO DA PERSONALIDADE 45
GT 11 – DIREITO DA PERSONALIDADE 46
GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II 47
GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II 48
GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II 49
GT 13 – DIREITO CIVIL 50
GT 13 – DIREITO CIVIL 51
GT 13 – DIREITO CIVIL 52
GT 13 – DIREITO CIVIL 53
GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II 54
GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II 55
GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II 56
GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II 57
GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II 58
GT 15 – DIREITO PENAL I 59
GT 15 – DIREITO PENAL I 60
GT 15 – DIREITO PENAL I 61
GT 16 – DIREITO PENAL II 62
GT 16 – DIREITO PENAL II 63
GT 16 – DIREITO PENAL II 64
GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL 65
GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL 66
GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL 67
GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL 68

GT 18 – DIREITO DO TRABALHO 69
GT 18 – DIREITO DO TRABALHO 70
GT 18 – DIREITO DO TRABALHO 71
GT 18 – DIREITO DO TRABALHO 72
GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO..... 73
GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO..... 74
GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO..... 75
GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO..... 76
GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO..... 77
GT 20 – DIREITO REGISTRAL E DIREITO DO CONSUMIDOR..... 78
GT 20 – DIREITO REGISTRAL E DIREITO DO CONSUMIDOR..... 79
GT 21 – DIREITO PENAL III..... 80
GT 21 – DIREITO PENAL III..... 81
GT 21 – DIREITO PENAL III..... 82

INDICE QUALIFICATIVO DOS ORIENTADORES 88

APRESENTAÇÃO

Os Anais do V Seminário de Comunicação Oral dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz –FCARP reúne os resumos de todos os trabalhos acadêmico- científicos produzidos e apresentados pelos acadêmicos, durante o Seminário, realizado no período de 16/11/2020 a 02/12/2020, de forma remota.

O Trabalho de Curso (TC) constitui-se em componente curricular obrigatório previsto nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Direito, de acordo com o estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 5, de dezembro de 2018.

No Curso de Direito da FCARP, o TC consiste em pesquisa individual orientada por docente da Instituição, cujo tema deve possuir vínculo com as áreas de conhecimento jurídico, identificadas pelas disciplinas e linhas de pesquisas ofertadas no currículo pleno do Curso de Graduação em Direito e deve priorizar a prática de pesquisa regionalista (pesquisa de campo) e a linha de pesquisa do Curso, cuja temática envolve: Direitos Humanos, Meio Ambiente, Cultura Indígena e Afro, Educação e Políticas Públicas. O trabalho pode ser elaborado em forma de Monografia ou de Artigo Científico.

O TC tem início no 4º ano do referido curso, com a escolha do tema, elaboração do pré-projeto e escolha de Orientador.

O Seminário de Comunicação Oral dos TCs, conforme Regulamento da FCARP, desenvolve-se de acordo com Grupos de Trabalho – GTs e as apresentações são organizadas por temáticas e áreas de conhecimento.

O V Seminário de Comunicação Oral apresenta os seguintes GTs:

GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO
GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO
GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I

GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GT 05 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

GT 06 – POLÍTICAS PÚBLICAS I

GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I

GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II

GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I

GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA

GT 11 – DIREITO DA PERSONALIDADE

GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II

GT 13 – DIREITO CIVIL

GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICAS II

GT 15 – DIREITO PENAL I

GT 16 – DIREITO PENAL II

GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL

GT 18 – DIREITO DO TRABALHO

GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO

GT 20 – DIREITO REGISTRAL E DIREITO DO CONSUMIDOR

GT 21 – DIREITO PENAL III

O registro do evento em forma de ANAIS tem como objetivo socializar a produção de conhecimento na academia, especialmente, na área jurídica, destacar o TC do Curso de Direito, na forma como se desenvolve, além de estimular a pesquisa e a produção científica busca capacitar o aluno à interpretação crítica do Direito, bem como para se comunicar com precisão e compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

AUXÍLIO-DOENÇA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MUDANÇAS INTRODUZIDAS PELA MP 871/2019

Cristiana Alves Soares Pimenta (Acadêmica)
Esp. Alice Bernardete Parra Merino (Orientadora)

RESUMO

Como país em desenvolvimento, e com graves crises aglomeradas e simultâneas, emerge no Brasil a ânsia pela redução de gastos, o que significa diminuição de direitos. Nesse contexto, o estudo versa sobre a Medida Provisória 871/2019, mais especificamente quanto às restrições de benefícios de Auxílio-doença e suas consequências gerais. Objetiva analisar os impactos sociais decorrentes das mudanças introduzidas pelo referido dispositivo legal. O trabalho possui caráter qualitativo, a pesquisa ocorreu através da imersão em análises realizadas no tocante à história da previdência social no Brasil, e, constatações quanto à sua relevância em sociedade. Verificou-se como principais resultados dessas mudanças a hiper judicialização dos pedidos antes feitos somente por processo administrativo no INSS, e mais indeferimentos de benefícios a pessoas sem recursos para prover sustento próprio, o que corrobora para o aumento da miserabilidade e desigualdade no país.

PALAVRAS-CHAVE: Medida Provisória. Previdência Social. Desigualdade

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

LICENÇA MATERNIDADE E O RETORNO DA MULHER AO MERCADO DE TRABALHO

Nilmara Alves da Silva Lanzarin
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

O artigo tem como objetivo macro identificar a garantia de direito das mulheres no mercado de trabalho após a licença maternidade, faz um apanhado histórico no tocante à evolução dos direitos voltados às mulheres como cidadãs, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil Brasileiro. Destacam-se os pontos que dificultam a inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho, bem como as dificuldades de aplicação da lei voltada a esta demanda no cenário contemporâneo, versa ainda sobre a importância de reconhecimento desses direitos sociais e sua efetivação. Trata-se de um estudo pautado em pesquisa bibliográfica, qualitativa, do tipo exploratório, toma por base estudos publicados que abordam o assunto em destaque

PALAVRAS-CHAVE: Licença Maternidade. Mercado de Trabalho. Direito do Trabalho.

GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019: CONCEPÇÕES ACADÊMICAS ACERCA DA NOVA RESOLUÇÃO DE PENSÃO POR MORTE

Júlia dos Reis Lopes Pinheiro
Esp. Rute De Laet e Soares

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a Emenda Constitucional nº 103 de 2019, suas principais mudanças e, de maneira geral, apontar as mudanças básicas advindas no novo cálculo de pensão por morte. No presente estudo é analisado o benefício de pensão por morte, que é concedido também na união estável. O estudo demonstra a prática processual e indica quais são as categorias e regras para obtenção do benefício. Cabe frisar, ainda que o benefício só será concedido ao dependente do segurado depois que ele falece. O benefício é concedido ao dependente como garantia de sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Previdenciária. Emenda Constitucional 103/2019. Pensão por Morte.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

O ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E SUA IMPORTÂNCIA

Getúlio Ribeiro Ferreira Júnior
Esp. Rute De Laet e Soares

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a importância que o Benefício de Prestação Continuada - BPC tem para as pessoas que o usufruem, bem como os impactos deste sobre condição de vida dos usuários. Traz umacontextualização da implantação desse benefício através da Constituição de 1988 e da LOAS de 1993, além das atualizações legislativas que trouxeram alterações benéficas aos usuários e as dificuldades que ainda se encontram no caminho dos requerentes do benefício. O estudo faz, através de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa com método dedutivo, um levantamento de conhecimentos a respeito do tema e busca compreender, principalmente, a importância da renda para as famílias beneficiadas, para muitas delas o benefício serve como incentivo à autonomia, à desnecessidade de inserção no trabalho informal, além da proteção social das famílias em vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade Social. Benefício de Transferência de Renda. Vulnerabilidade Social.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO

O TEATRO COMO FORMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO GRUPO "PALCOS & QUINTAIS" NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

Ana Clara Moreira de BortoliMe.
.Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O presente artigo científico trata-se de uma análise do teatro como instrumento de transformação social com foco no grupo "Palcos & Quintais", no município de Reserva do Cabaçal/MT. A pesquisa busca descrever a importância do teatro para a promoção dos Direitos Humanos em sociedade, como também sua capacidade para transformar o meio ambiente no qual está inserido. Assim, como os Direitos Humanos foram arduamente conquistados a partir de lutas sociais em que se discutiu os direitos essenciais que deveriam ser tutelados juridicamente, o respeito a esses direitos está condicionado ao seu efetivo conhecimento e exercício e uma das ferramentas mais eficientes para efetivá-lo é o teatro. Neste sentido, ressalta-se o município de Reserva do Cabaçal, localizado na região do Vale do Jauru, estado de Mato Grosso, onde um grupo de teatro foi capaz de unir a comunidade como um todo, escolas, igrejas, jovens, adultos e crianças, em algo que, a princípio, visava o entretenimento, mas que acabou na promoção de um festival que influenciou o turismo, o meio ambiente e a estrutura local. Para essa percepção foi adotado o método fenomenológico, que busca descrever a realidade da experiência da pesquisa, sob o olhar do eu, do outro e o olhar do mundo, denominados como qualitativos. Os instrumentos de pesquisa empregados são a observação sistemática e entrevistas com participação de ex-integrantes do grupo "Palcos & Quintais", bem como a colheita de amostras da população reservense, como também a pesquisa documental.

PALAVRAS-CHAVE: Direito e Arte. Direitos Humanos. Teatralização.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO

DO FEMINICÍDIO NA FICÇÃO LITERÁRIA: DOM CASMURRO E O DIREITO NUM ENSAIO SOBRE A APRENDIZAGEM JURÍDICA

Eliana Ferreira dos Santos
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a possibilidade de Feminicídio com a personagem Capitu na ficção literária, da obra Dom Casmurro, de Machado de Assis, sua relação com o Direito positivista e como a literatura pode contribuir na formação da aprendizagem jurídica. Capitu torna- se vítima dos ciúmes criados na mente de seu marido Bentinho, a partir do transtorno delirante que o personagem evolui no decorrer da narrativa a ponto de cometer violência doméstica, conforme apregoa a Lei nº 11.340/2006. A violência é tamanha que chega a ponto de sua esposa e de seu filho irem morar longe. Bentinho recebe apenas a notícia da morte de Capitu, porém em nenhum momento, a obra nos deixa claro se de fato foi uma morte natural ou em decorrência da dor e do sofrimento ocasionados por seu cônjuge. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica foi utilizada, numa abordagem qualitativa, de modo descritivo e explicativo e, por fim, dedutivo, isso porque a ficção e a realidade se cruzam, uma vez que muitas mulheres são vítimas de injúrias, difamação, acusadas de adúlteras por seus maridos. Comumente os companheiros e a sociedade as julgam e as condenam mesmo sem que haja provas. O artigo apresenta a Síndrome de Dom Casmurro no processo penal, quando o juiz detentor de poder, na busca pela "verdade" ou " justiça" julga e condena o réu antes mesmo das evidências concretas a respeito da materialidade do suposto crime, e, infelizmente, julga com pessoalidade e se deixa influenciar pelas mídias ou por questões políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito e Literatura. Ensinabilidade. Prática Delituosa.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO

O SONHO AMERICANO: CORAGEM OU LOUCURA JURIDICA? - UM ENSAIO DA IMIGRAÇÃO PARA O TRABALHO EM MASSACHUSETTS NA PERSPECTIVA BRASIL

Nelma Marta de Oliveira
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O presente artigo trata se de uma análise da imigração de brasileiros para os Estados Unidos em busca de uma melhor qualidade de vida. Por isso tem como objetivo demonstrar a realidade da imigração e realizar uma análise social e jurídica das condições de trabalho no Brasil e nos Estados Unidos, ressaltam-se as semelhanças e as diferenças, bem como as possíveis perspectivas daqueles que vão em busca da conquista do grande sonho. Este estudo, tem ainda como foco apresentar a aplicabilidade das leis trabalhistas do Estado de Massachusetts, a partir do relato das experiências dos (i)migrantes (i)legais brasileiros com ênfase na conquista e realização de sonhos (objetivos pessoais/subjetividades). Para tal houve a necessidade de realizar entrevistas com brasileiros residentes e/ou que residiram nos Estados Unidos. O estudo utiliza como metodologia a pesquisa qualitativa para a obtenção de resultado descritivo, com utilização de consulta bibliográfica, houve o emprego do método fenomenológico, pois a pesquisa é pautada no olhar do pesquisador e na experiência de vida dos imigrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Culturalismo Jurídico. Direito Internacional. Imigração.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO

DIREITO ELETRÔNICO: O MARCO CIVIL DA INTERNET E OS LIMITES ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PRIVACIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Welves Laet Oliveira Filho
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O Direito Digital é matéria relativamente nova no ordenamento pátrio, o cerne deste foi alcançado ao longo de intensos embates, jurídicos e técnicos. Nesse parâmetro, em consonância com a entrada da Constituição da República de 1988 e a Lei 12.965/14, a relativização dos direitos fundamentais deu ênfase ao Direito à Liberdade de Expressão e o Direito à Privacidade. A liberdade de expressão é princípio basilar da República Federativa do Brasil, tanto o é que restou tutelado O Direito Digital é matéria relativamente nova no ordenamento pátrio, o cerne deste foi alcançado ao longo de intensos embates, jurídicos e técnicos. Nesse parâmetro, em consonância com a entrada da Constituição da República de 1988 e a Lei 12.965/14, a relativização dos direitos fundamentais deu ênfase ao Direito à Liberdade de Expressão e o Direito à Privacidade. A liberdade de expressão é princípio basilar da República Federativa do Brasil, tanto o é que restou tutelado no art. 5º, X, da Constituição Federal, contudo, é importante salientar que tal princípio fora mitigado durante o período da Ditadura Militar, tendo seu auge com a entrada do Ato Institucional n.5, que basicamente tornou o Brasil numa Oligarquia Militar. Dessa forma, como meio de combate a tais atos foram promovidos movimentos sociais e políticos, os quais foram de essencial relevância para a queda do regime militar e, consequentemente, da promulgação da atual Carta Magna. O presente trabalho objetivou apresentar as discussões dos 3 (três) poderes acerca do tema, e, principalmente, a aplicação e consequente importância da Lei 12.965/2014 e a nomenclatura dada a ela (Marco Civil da Internet), como intermediadora destes direitos fundamentais na rede. A metodologia do projeto abordou o problema de forma qualitativa, tendo como enfoque a profundidade. Ainda, tem por objetivo a pesquisa descritiva. Ademais, o método dedutivo, e o procedimento técnico adotado foi a pesquisa bibliográfica elaborada, a partir de material publicado.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Digital. Lei 12.965/14. Divergência Jurisprudencial Sobre Limites Constitucionais.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I

O ATO DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS À LUZ DO CONTEXTO SOCIAL, AMBIENTAL E LEGAL

Carlos Leonardo Inocêncio
Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

Este estudo tem por objetivo averiguar como se encontra estruturado o ordenamento jurídico brasileiro, no que tange à responsabilização pelos maus-tratos contra os animais, à luz do contexto social, ambiental e legal. Empregou-se o tipo de pesquisa qualitativa, com objetivos descritivos, pautou-se no método indutivo, com procedimentos técnicos bibliográficos. Constata-se que é amplo o aparato legislativo, inclusive com fundamento constitucional, o que leva a reconhecer que os animais não humanos, no direito brasileiro, vêm sendo reconhecidos como sujeitos de direito. Apesar disso, muito ainda precisa ser feito, porque parte da sociedade ainda não tem o devido conhecimento e cautela no trato com animais não humanos e fazem deles vítimas constantes em atividades laborais, recreativas, dentre outras, o que vai de encontro a toda evolução pela qual passou o Direito, em especial, a tutela dos animais.

PALAVRAS-CHAVE: Animais. Maus-tratos. Proteção Legal. Crime Ambiental. Responsabilização.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I

O DIREITO E OS CRIMES AMBIENTAIS: A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Gustavo Peterle da Silva
Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

O presente trabalho visa discorrer acerca do tríplice responsabilização (civil, penal e administrativa) no que concerne aos crimes ambientais, bem como trazer a atuação do Poder Judiciário nesses crimes, através de análises da efetividade do referido poder no julgamento desses crimes. Desta forma, o escopo do trabalho é verificar a importância do Poder Judiciário no combate aos crimes ambientais, bem como sua efetividade. Para que o presente trabalho fosse construído, foi necessária uma série de pesquisas relacionadas ao tema que resultaram no tipo de pesquisa qualitativa, com objetivos descritivos. Quanto aos procedimentos técnicos adotados, a metodologia foi bibliográfica, com método indutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente. Crimes Ambientais. Responsabilidade Civil. Responsabilidade Penal. Responsabilidade Administrativa.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I

UM ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA NA COMUNIDADE RIO DOS PEIXES, MUNICÍPIO DE JAURU / MT

Reinaldo Ferreira de Souza
Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

O presente artigo busca demonstrar os impactos socioambientais e ambientais ocorridos na Comunidade Rio dos Peixes, em decorrência da construção de uma pequena central hidrelétrica, bem como as alterações ocorridas no meio ambiente, na fonte de renda das pessoas na diminuição do número populacional de habitantes da região. O foco do trabalho é conscientizar as pessoas para um uso racional de energia elétrica, motivá-las para que busquem outras fontes de energias menos prejudiciais. Nesse sentido, utilizamos o método de pesquisa qualitativa juntamente com os métodos indutivo e dedutivo, assim como o descritivo nos objetivos, por meio da realização de pesquisa bibliográfica. Por fim, concluímos como resultado do projeto, que a comunidade Rio dos Peixes sofreu impactos ambientais e socioambientais em decorrência da construção da pequena central hidrelétrica que teve o número de habitantes reduzidos juntamente com suas fontes de rendas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Ambiental. Meio Ambiente e Hidrelétrica. Impactos Socioambientais.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 03 – DIREITO MBIENTAL I

A ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ÁREA AMBIENTAL: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Vanessa Fernandes de Souza
Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

O tema deste estudo foi regulamentado pela Lei 9.307/96 e procura conferir a sua aplicação nos conflitos, que tem em vista a responsabilidade civil ambiental. O trabalho apresenta uma breve abordagem do conceito e finalidade da arbitragem e estabelece as condições em que a mesma pode ser utilizada enquanto matéria ambiental. Evidencia-se que a arbitragem pode ser uma grande aliada como alternativa de solução de controvérsias ambientais, pois garante às partes um julgamento realizado por árbitros com profundo conhecimento sobre o assunto. O estudo tem como objetivos investigar, destacar e debater a possibilidade e limitações da utilização da arbitragem para soluções de conflitos ambientais. A metodologia usada foi através do uso de abordagem qualitativa, com análise dalegislação em questão, com base em teses e doutrinas que versam sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVES: Dano Ambiental. Direitos Indisponíveis. Arbitragem Ambiental.

.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I

POR UMA COMPREENSÃO DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL NO "*HABITUS SOCIOAMBIENTAL*" DA PESSOA JURIDICA NA PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU

Lucas Fernando de Cândido Amaral
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo efetuar a análise da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais, bem como verificar a efetividade e a aplicabilidade das normas constitucionais e infraconstitucionais em relação à penalização das pessoas jurídicas por crimes dessa natureza. O estudo apresenta, de forma breve, a história do meio ambiente, seu conceito bem como a sua natureza jurídica, frente a nossa inserção junto ao "*habitus ecológico*" do filósofo Pierre Bourdieu. A preferência pelo tema é devido à grande relevância que os crimes ambientais estão sendo tratados não apenas em âmbito nacional, mas também em fóruns e conferências internacionais. Tais discussões têm como condão decifrar a devastação ambiental exercida, em suma, pelas catástrofes naturais, mas em grande parte pela ação humana, com o intuito de descobrir formas de prevenção de tais problemas. A pesquisa desenvolvida demonstra os princípios balizadores do meio ambiente e faz uma análise sobre a legislação brasileira, os requisitos legais para a constituição e a admissibilidade da pessoa jurídica ser responsabilizada penalmente por crimes ambientais perante a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Crimes Ambientais (Lei n° 9.605/98).Além de estudar a dogmática da teoria da dupla imputação frente aos tribunais superiores. O estudo pauta-se em pesquisas bibliográficas, através dos métodos dedutivo e qualitativo.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente e Criminalização. Responsabilização Jurídico-Ambiental. Análise Bourdieana.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A ADOÇÃO EM RELACIONAMENTOS HOMOAFETIVOS: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO

Narayane Karina de Souza Moreira
Esp.Alice Bernadete Parra Merino

RESUMO

O presente artigo aborda a adoção em relacionamentos homoafetivos à luz do direito brasileiro. Nele busca-se fazer uma apresentação sobre as conceituações de adoção e uma breve menção aos novos conceitos de família. Ainda mais, busca-se realizar uma reflexão das novas configurações das famílias e dos casais homossexuais. Vale mencionar que será analisada também a adoção homoafetiva de acordo com a atualidade relacionando-a ao entendimento do conceito de família no contexto contemporâneo. Dessa forma, ao abordar essa temática não podemos nos esquecer de que as crianças e os adolescentes, assim como os adotantes, são os maiores interessados no processo de escolha e no estabelecimento de elo e de relações familiares sadias. Destaca-se que são as leis que regulamentam, legitimam e dão consistência ao vínculo, porém, se estas não estiverem sintonizadas com as necessidades dos casais, transformam-se apenas em meros instrumentos burocráticos que causam inúmeros problemas emocionais e de relacionamentos aos indivíduos. Para a escrita do referido artigo realizou-se pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, baseada em literatura específica que apresenta as conquistas dos casais homoafetivos frente à adoção.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção. Relacionamentos Homoafetivos. Direito.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Mauro Júlio Ferreira Alves
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

Uma atenção especial é necessária para garantir o desenvolvimento físico e psicológico das crianças e dos adolescentes, principalmente em relação ao trabalho, a fim de se evitar a exploração da mão de obra. As políticas de erradicação e medidas socioeconômicas das famílias adotadas no Brasil têm sido bem-sucedidas em relação ao trabalho infanto-juvenil. Porém, mesmo com uma redução significativa, o número de crianças no mercado de trabalho ainda é elevado. Este artigo tem como objetivo discutir e evidenciar o assunto, isso por ser tão delicado e de extrema importância, e ainda abordar sobre a evolução da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, os mecanismos, as legislações e os programas de proteção à criança e ao adolescente no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho da Criança e do Adolescente. ECA. Direto do Trabalho.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

VENDA DE BEBIDA ALCOÓLICA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE E AS DIFICULDADES DE FISCALIZAÇÃO: UMA (IN)EFICÁCIA NORMATIVA

Milto Gomides
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

A bebida alcoólica é considerada uma droga lícita, no entanto, seu consumo é extremamente proibido por criança e adolescente, isso por afetar o sistema nervoso central que ainda se encontra em desenvolvimento nessa faixa etária. O objetivo do estudo é analisar a (in)eficácia normativa esculpida no artigo 243 do ECA, everificar se há cumprimento eficaz no tocante à penalização mais severa a quem o infringe; busca-se ainda compreender as dificuldades enfrentadas para o seu efetivo cumprimento e, se o Estado criou e/ou forneceu mecanismos para o combate desse crime. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, elaborada através de legislação, livros, doutrinas e artigos sobre o tema, aliada ao método indutivo. Como resultado pode-se constatar que os direitos das crianças e dos adolescentes evoluíram muito nas últimas décadas, tendo como marco desta evolução a Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, porém verifica-se no decorrer do trabalho que ainda há muito que evoluir na questão de investimento por parte do Estado em medidas de prevenção voltadas para o combate ao consumo de bebida alcoólica pelos infantojuvenis, bem como a participação efetiva da família e da sociedade para evitar que esse crime seja perpetrado.

PALAVRAS-CHAVE: Venda de Bebida Alcoólica. ECA. Dificuldade na Fiscalização.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DA DIGNIDADE INFANTO-JUVENIL: UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA TÉCNICA DO DEPOIMENTO ESPECIAL

Millena Ronconi Dalmas
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com o intuito de compreender o princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito infantil quer seja, da previsão legislativa referendada junto ao Estatuto da Criança e do Adolescente esta produção acadêmica se justifica. É dado enfoque à oitiva do depoimento de crianças/adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, denominado depoimento especial, o qual tem previsão legal na Lei 13.431/17, tendo como objetivo a garantia de direitos da criança e do adolescente. A referida lei apresenta protocolos para tornar a entrevista forense menos invasiva e formal, com isso, estabelece um ambiente adequado, equipe capacitada, dentre outros sistemas para que a dignidade da pessoa humana não seja violada e que os direitos do entrevistado sejam resguardados. O objetivo do trabalho é analisar a importância do depoimento especial como forma de proteção à vítima, para tanto foi analisado através de pesquisa bibliográfica diferentes pontos relacionados a este método, um deles é se realmente tal procedimento evita a revitimização da criança ou do adolescente. Analisa-se a garantia da dignidade da pessoa humana assegurado pelo ECA e pela Constituição Federal e explica como funciona sua aplicabilidade. Considerando que, além de tudo, o depoimento especial é realizado como coleta de provas e crianças/adolescentes são sujeitos de direitos, o protocolo da Lei 13.431/17 é rigoroso e detalhado, sempre com vistas à segurança e ao bem-estar da vítima ou testemunha de violência, a fim de se evitar danos psicológicos e traumas permanentes. O presente estudo usa os métodos de pesquisa, com abordagem qualitativa. Como técnica de coleta de dados utiliza-se de pesquisas bibliográficas e de entrevistas. A finalidade é entender a aplicabilidade do depoimento especial e sua eficácia, bem como analisar seus efeitos como proteção aos direitos da criança e ao adolescente e otimizar a produção de evidências.

PALAVRAS-CHAVE: Aplicabilidade. Depoimento Especial. Estatuto da Criança e do Adolescente.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 05 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UM ESTUDO NO NPJ DA FCARP

Monique Pasquali
Esp. Alice Bernadete Parra Merino

RESUMO

O Código de Processo Civil brasileiro de 2015 trouxe várias inovações, dentre estas os institutos processuaisque permitem a resolução dos conflitos entre as partes e possibilita que o direito material pleiteado seja de forma efetiva, sem burocracia. Merece destaque o instituto processual das tutelas provisórias de urgência, que visa dar maior segurança jurídica, quando o direito material alegado for urgente e preencher os requisitos que o referido Código determina para sua concessão. O presente trabalho tem por objetivo analisar as tutelas provisórias de urgência previstas na lei processual civil, seus requisitos para requerimentoe concessão, bem como sua aplicação prática com casos concretos, por meio dos processos de atuação do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Católica Rainha da Paz - FCARP, com o intuito de demonstrar se os pedidos de tutela de urgência obtêm o êxito esperado.

PALAVRAS-CHAVE: Tutela Provisória de Urgência. Novo Código de Processo Civil brasileiro. Núcleo de PráticaJurídica.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 05 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS VINCULADOS AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA

Reginaldo Soares de Moura
Esp.Jean Ferreira Dias

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre os princípios constitucionais do Direito Processual Civil, bem como a importância dos princípios constitucionais inseridos no processo civil e ainda sobre as inovações e mudanças trazidas pelo novo Código de Processo Civil vigente desde 2015. A Constituição Federal da República promulgada no ano de 1988 está em vigor e permanece com a mesma força de quando editada. Como Lei Suprema do país, determina as diretrizes e normas a serem seguidas por todos os ramos do ordenamento jurídico. É nela que vêm elencadas as normas fundamentais e os princípios de direito que formam o alicerce estrutural do processo, tendo em vista que eles devem orientar a análise do texto legal e são superiores às outras normas jurídicas de textos de leis.

PALAVRAS-CHAVE: Princípios. Novo Código de Processo Civil. Princípios Constitucionais Processuais.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 06 – POLÍTICAS PÚBLICAS I

O GARANTISMO EDUCACIONAL ÀS CRIANÇAS AUTISTAS EM MIRASSOL D' OESTE

Franciely Martins Ferreira
Dr.Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o garantismo educacional para as crianças autistas, através de breve explanação sobre a previsão legal do direito à educação, da relação entre o conceito de dignidade da pessoa humana e a educação como um direito fundamental. Do quadro apresentado gestou-se o seguinte problema: quais políticas o Estado deve adotar para garantir o processo de inclusão escolar e social justo e efetivo para todas as pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista? O objetivo geral é analisar como ocorre a inclusão das crianças portadoras de Transtorno Espectro Autista (TEA) nas escolas públicas da cidade de Mirassol D'Oeste, enquanto direito fundamental. Os objetivos secundários são: compreender o conceito do TEA, bem como suas principais características, diagnóstico e tratamento; dissertar sobre a história e evolução dos estudos acerca do tema e relacionar a educação como meio substancial no tratamento das crianças diagnosticadas com o TEA. Para tanto é feita uma revisão bibliográfica e são apresentados dados de pesquisas sobre a ótica do garantismo educacional às crianças autistas, coletados no município de Mirassol D'Oeste. Por meio dos métodos qualitativo e quantitativo, dos tipos aplicado, transversal e descritivo exploratório. Espera-se através deste estudo, que os órgãos educacionais, juntamente com os pais e a sociedade trabalhem para que as crianças autistas sejam incluídas no universo escolar, em parâmetro de equidade e que tenham resguardados os direitos inerentes ao garantismo educacional efetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Garantismo Educacional. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Social. Inclusão Escolar. Mirassol D'Oeste.

GT 06 – POLÍTICAS PÚBLICAS I

O ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS DE GOVERNO: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS GERADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ANO DE 2019

Antônio Marcos Côrrea de Miranda Neto
Ma.Luciene Francisca de Souza Jesus

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar as políticas públicas do governo Bolsonaro para o Ensino Superior referente à gestão do ano de 2019. Para isso, foi realizada uma pesquisa sobre o processo de criação do Ensino Superior Brasileiro, com o objetivo de propiciar uma reflexão acerca dos rumos que as instituições de ensino superior seguiram. Há especial ênfase aos textos constitucionais que embasaram toda estrutura educacional ao longo de sua criação, desde a Coroa até a vigente Constituição de 1988. Para a fundamentação teórica deste trabalho buscamos alguns pensadores da Educação e do Direito, com o intuito de respaldar o contexto jurídico-educacional que acerca a criação do Ensino Superior brasileiro, e, assim, indagar o contexto atual que nos promove resgatar pensamentos de outrora para nos pautar no retrocesso vigente. Para analisar se as políticas educacionais implementadas no ano de 2019 observaram os princípios fundamentais da República fora utilizado o método dedutivo para comparação das premissas, o que culminou numa pesquisa qualitativa, com o objetivo exploratório e descritivo e, por fim, fora utilizada a pesquisa bibliográfica para a coleta de informações. Após a reflexão sobre os acontecimentos que afetaram o Ensino Superior, concluiu-se que o futuro da Educação no Brasil ainda é incerto, visto que está nas mãos de um Governo marcado por ideais nada favoráveis aos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Ensino Superior. Governo Bolsonaro.

GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I

O USO DA FORÇA EMPREGADO PELA POLÍCIA MILITAR EM SUAS ABORDAGENS NA CIDADE DE MIRASSOL D' OESTE - MT

Thiago Espíndola Agueiro

Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

Há tempo discute-se sobre o tema do uso da força pela Polícia Militar nas operações que executam na sociedade. Sabe-se que o dever da Polícia Militar é o de zelar pela segurança pública, pelo direito de ir e vir do cidadão e também pela integridade física e moral das pessoas. O presente artigo tem como base a explanação de como é o agir da Polícia Militar na cidade Mirassol D'oeste – MT, os métodos utilizados nas abordagens e a visão dos policiais militares sobre o comportamento da sociedade miradolense. Como aPolícia Militar de Mirassol D'Oeste conduz as abordagens? Como a força policial é aplicada pelos agentes? São perguntas que a sociedade faz quando se trata da atuação desses agentes públicos, que têm como objetivo a proteção social. Para a resposta às questões levantadas, faz-se o uso do método indutivo e de pesquisa bibliográfica, juntamente com o método de levantamento a partir de dados,- via instrumento de coleta padronizado, aplicado aos integrantes do efetivo da Polícia Militar, do 17° Batalhão dacidade de Mirassol D'Oeste – MT.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar, Força Policial, Abordagens.

GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I

A FORMAÇÃO DO JUÍZO DE CONVENCIMENTO E ADMISSIBILIDADE NOS CASOS DE DESCONHECIMENTO DA LEI PENAL: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Matheus Augusto Santos Monteiro
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

A partir da exposição doutrinária e de análises jurisprudências, almeja-se identificar os tipos de fatos, como elemento da culpabilidade, em que a alegação do injusto e o desconhecimento da lei são conceitos opostos pela doutrina moderna brasileira, levar-se-á em conta como consequência a não aceitação da ignorância da lei como erro de proibição de direito. Os elementos subjetivos dos fatos servem de ponto de partida para a análise da consciência da antijuridicidade e podem configurar limites na avaliação dos fatos, com o objetivo de efetivar corretamente o princípio da culpabilidade. Apesar de se tratarem de conceitos distintos, não se elidem inteiramente, pois o desconhecimento da lei pode sim fundamentar a ausência de consciência do injusto e, assim, afastar a culpabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Juízo de Convencimento e Admissibilidade. Desconhecimento de Lei

GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I

INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES POLICIAIS NO COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Naiara Scandiani Miranda Araújo
Esp. Marcos Cezar Farias Lyra

RESUMO

É de conhecimento popular que a sociedade, ao longo dos anos se desenvolveu de uma forma inimaginável. No entanto, ao passo em que a sociedade passou a comportar diversos avanços tecnológicos, a criminalidade também passou a usar dessa tecnologia para refinar os artifícios criminais adentram em nossas casas pelo elo mais inocente: as crianças. Com o intuito de combater esse tipo de criminalidade houve a infiltração virtual de agentes policiais para combater os crimes de exploração sexual infantil advindos da internet. Desta forma, o presente trabalho visa discorrer acerca dessa nova forma de proteção inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei nº 13.441/2017, e, ainda analisar as excludentes de responsabilidade penal do agente infiltrado, seu limite de atuação e a validade das provas obtidas. Para isso foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de natureza aplicada.

PALAVRAS-CHAVE: Infiltração Virtual. Policiais. Exploração Sexual Infantil.

GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I

O ESTUPRO DE VULNERÁVEL DO MENOR DE 14 ANOS NO ÂMBITO INTRAFAMILIAR: DEPOIMENTO ESPECIAL X CONDENAÇÃO DO ACUSADO

Raiane de Oliveira Márcio
Esp. Marcos Cezar Farias Lyra

RESUMO

A presente dissertação analisa a evolução histórica do crime de estupro no Brasil e traz as principais evoluções na legislação pátria, com destaque às inovações da Lei 12.015/2009 ao Código Penal Brasileiro, que elevou o crime de estupro de vulnerável para o rol dos crimes hediondos, conforme inciso VI da Lei n° 8.072/90. É certo que a violência sexual contra crianças e adolescentes, no âmbito familiar, gera graves transtornos tanto psicológicos quanto emocionais. Neste sentido foi analisada a personalidade do criminoso através do estudo da criminologia e as principais características da vítima. O crime de estupro de vulnerável normalmente é cometido na clandestinidade, isto é, sem haver a presença de testemunhas, ou de qualquer outra prova física, pois nem sempre há conjunção carnal, pois pode ser realizado por meio de atos libidinosos, o que dificulta a produção de provas. Por isso, a palavra da vítima quando em conformidade com outras provas, ganhou grande importância, sendo considerado como prova substancial apta a condenar o acusado. O objetivo principal foi analisar o depoimento especial de menores de 14 anos, vítimas de crimes sexuais, como prova principal para comprovar a materialidade e autoria do acusado. Tal pesquisa demonstrou ser de grande importância à análise cuidadosa e coerente pelas autoridades competentes nos casos de estupro de vulnerável no âmbito intrafamiliar, com o intuito de se buscar a verdade dos fatos, para uma possível responsabilização penal sem haver equívocos, e, com isso, evitar uma condenação injusta.

PALAVRAS-CHAVE: Crimes Contra Dignidade Sexual. Menores de 14 Anos. Palavra da Vítima.

GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II

A PROPOSITURA DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL NA COMARCA DE JAURU – MT

Anderson Álvaro Alves de Almeida
Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

O trabalho de pesquisa apresentado faz uma abordagem sobre o índice da propositura da suspensão condicional do processo. È relatada em pesquisa bibliográfica e traz todos os requisitos necessários para que ocorra a possibilidade de oferecimento do benefício. A pesquisa foi realizada com entrevista do Gestor do fórum da comarca de Jauru – MT, referente aos anos de 2019 e 2020, o método de análise utilizado foi o indutivo, pois o mesmo leva em consideração as experiências e não um simples princípio pré-estabelecido.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal. Suspensão Condicional do Processo. Presunção da Inocência. Comarca de Jauru.

GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II

AS CRISES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Lucas Guilherme de Carvalho Gomes
Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade realizar uma breve análise do sistema penitenciário e dos indivíduos que o compõe. Será abordado sobre as principais crises, a escassez de recursos das penitenciárias, que contam com celas superlotadas, nas quais os segregados são expostos a condições insalubres, o que ocasiona a proliferação de doenças e, até mesmo de epidemias. O trabalho discorre também sobre a falha do Estado em não dar o suporte necessário para que os reeducandos possam sair da prisão prontos para serem reinseridos na sociedade, fator que, muitas vezes, faz com que eles acabem retornando à penitenciária, o que acarreta no alto número de reincidentes. A abordagem é qualitativa com método dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica realizada em fontes abertas como internet e legislação nacional vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Penitenciário. Superlotação. Ressocialização.

GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II

DIREITO PROCESSUAL PENAL E A ESPIRITUALIDADE: A POSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO NOS CASOS DE TESTEMUNHO *POST MORTEM*

Mariana Brenda Ramos Nogueira de OliveiraEsp.
Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

Este estudo dispõe acerca da possibilidade da aplicação da psicografia como meio de prova documental dentro do nosso ordenamento jurídico. O propósito é que a carta psicografada seja admissível para persuadir o magistrado, e assim contribuir para elaboração da sentença, sobretudo, no processo penal. A pesquisa enfatiza a importância da admissibilidade da psicografia como meio probatório, por considerar que o direito processual penal alude dos direitos indisponíveis, especialmente o direito de liberdade do acusado, sendo este um direito fundamental constitucional. Expondo assim, a utilização da metodologia bibliográfica, com abrangência na definição de prova, os princípios que as norteiam, em especial o princípio da verdade real dos fatos que ensejaram o crime, o conceito de espiritismo, de psicografia, tal qual o método para sua validade, se apresenta caso emblemático da justiça brasileira, tendo como grande relevância a absolvição de réus; e, por fim, explanar a respeito deste meio de prova, o que demonstra uma visão de que o Direito não deve possuir argumentos enraizados, e sim fazer jus ao seu conceito primário de que o direito é mutável e está em constante evolução, principalmente no quesito social em face do processo penal. Conclui-se com a legalidade da psicografia como sendo um meio de prova indiscutível, desde que esta esteja complemente interligada com as demais provas trazidas pela defesa, com o objetivo final de buscar a verdade dos fatos e,consequentemente, a absolvição do réu.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal do Júri. Ciência Espírita. Psicografia. Prova Documental Legal.

.

GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II

A REABILITAÇÃO DO EXECUTADO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Gabriel Barboza de Paula
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal mostrar a realidade atual em que se encontra o sistema penitenciário brasileiro. Além disso, a pesquisa demonstrará com enfoque a violação do princípio da dignidade da pessoa humana que sofrem os detentos dentro dos presídios. O estudo também enfatiza sobre o dever do Estado na ressocialização do apenado, sendo um fator de suma importância para reintegração do sujeito à sociedade, elenca novos métodos alternativos de cumprimento de pena, como por exemplo, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que visa a boa condição do apenado durante o período que cumpre pena, sem deixar de punir, mas, se preocupando com a humanização do reeducando, bem como com o bem-estar dele. Tudo isso em observância ao o que está previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), bem como na Constituição Federal de 1988, com vistas a garantir os direitos dos reeducandos, isso porque é comum acontecer nos presídios, o descumprimento do que está previsto na Lei de Execução Penal (LEP), o que gera grandes transtornos e dificulta ainda mais o trabalho de ressocialização e faz com que provoque o aumento da taxa de criminalidade e reforce ainda mais o crime organizado. Na presente pesquisa foi utilizado a metodologia bibliográfica, o trabalho foi escrito com base em leitura e análise de materiais publicados (livros, artigos, teses, etc.), o método utilizado foi o dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Ressocialização. Dignidade da Pessoa Humana. Ordenamento Jurídico.

GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II

PERSPECTIVAS ACADÊMICAS E JURÍDICAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO COM ÊNFASE NA SÉRIE "ORANGE IS THE NEW BLACK"

Bárbara Natália Rodrigues do Carmo
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Da busca pela compreensão de como ocorre o funcionamento do sistema penitenciário do Brasil, o objetivo precípuo desta produção acadêmica torna-se um marco diferenciador pelo fato de que nos pautamos junto à análise da série "*Orange is the new black*", fonte de exposição/disseminação de cultura e arte às massas para estabelecermos tais comparações frente aos ditames do ordenamento jurídico brasileiro. A realidade do sistema prisional brasileiro, em situação instável e desumana está longe da ressocialização e da realização dos direitos dos prisioneiros, tendo em vista que esses direitos são regulamentados pela Lei de Execução Penal e pela Constituição Federal, porém são ignorados pelo Poder Público e pela gestão penitenciária. O sistema penitenciário recebe proteção jurídica por intermédio da Lei de Execuções Penais, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que trata sobre o direito do reeducando nas penitenciárias, bem como a reintegração desse à sociedade. Assim, para desenvolver o presente estudo usamos dos métodos de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Prisões no Brasil. Lei de Execuções Penais. *Orange is the new Black.*

GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I

A RESSOCIALIZAÇÃO E O SISTEMA PRISIONAL: REFLEXÕES À LUZ DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Caroline Beatriz dos Reis
Esp. André Luís Picoli Herrera

RESUMO

O presente artigo aborda a ressocialização e o sistema prisional à luz do sistema penitenciário brasileiro. Além disso, busca-se realizar uma reflexão da situação atual do sistema prisional brasileiro, bem como da ineficácia do sistema prisional e das perspectivas futuras. Abordaremos a situação atual dos presídios brasileiros, e alguns dos fatores que têm favorecido a crise que afeta o referido sistema. Vale mencionar que será analisada também a conceituação de prisão, a finalidade da pena, sobre o tratamento dispensado ao preso e os aspectos da ressocialização para o sujeito e para a sociedade. A relevância social evidenciada nesta pesquisa objetiva fazer um estudo acerca do processo de ressocialização do sujeito, sob as perspectivas do sistema penitenciário brasileiro, que por meio de explicações procura demonstrar a reação da sociedade em relação ao indivíduo que fora encarcerado e penalizado. O referido artigo é escrito com base em uma pesquisa bibliográfica de literatura específica, tem caráter qualitativo e apresenta os parâmetros, as doutrinas e as leis brasileiras para pontuar essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça. Cidadania. Direitos Humanos.

GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I

A INCONSTITUCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A DECISÃO DO *HABEAS CORPUS* Nº 124.360/2016

Helys Regina dos Santos Lopes
Ma.Luciene Francisca de Souza Jesus

RESUMO

O estudo analisa a decisão do *Habeas Corpus* 124.306, sobre uma possível legalização do aborto no Brasil, segundo os argumentos narrados pelo Ministro Luís Roberto Barroso. Delimita-se como objetivo avaliar a inconstitucionalidade da criminalização do aborto no Brasil, de acordo com o ordenamento jurídico atual. Quanto à forma de abordagem utiliza-se a pesquisa qualitativa documental. Para responder aos objetivos da pesquisa utilizou-se a pesquisa exploratória e documental, a fim de proporcionar um maior entendimento do caso e buscar maneiras eficazes para sanar o problema analisado. O estudo mostra que a discussão sobreo aborto no Brasil envolve vários órgãos da sociedade e não é apenas uma briga de movimentos feministas, entidades religiosas e grupos políticos, vai além, pois abrange à fomentação de políticas públicas que resguardam os direitos fundamentais das mulheres. A institucionalização do aborto como crime é uma opção legislativa que provoca discursos intensos, pois envolvem valores morais, sociais, políticos e religiosos. A criminalização do aborto não tem impedido que ele seja realizado. Legalizar o aborto significa tratar o tema na área da saúde pública e dos direitos humanos. Para tanto, a lei penal deverá ser reformada, no intuito de torná-la mais compatível com o ideário de um Estado laico e pluralista, sem negligenciar com a proteção da vida dos nascituros e considerar os direitos das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Aborto. Inconstitucionalidade. Descriminalização.

GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADPF 347

Karoline Máximo Feltrin da Silva
Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus

RESUMO

O presente artigo analisa o sistema carcerário brasileiro e aponta se houve a aplicação das medidas determinadas por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347-ADPF 347, a qual declarou o estado de coisas inconstitucional, uma vez que tal temática discorre sobre precariedade do sistema e o descaso do Estado em buscar proporcionar uma estrutura e tratamento para os apenados, conforme é estabelecido pela Constituição Federal e Lei de Execução Penal. Também é discutido se essa declaração arranhou a separação de poderes, princípio constitucional, diante da atuação ativista do Supremo Tribunal Federal – STF. Os objetivos específicos visam identificar os motivos que levaram o STF a declarar o Estado de Coisas Inconstitucional em relação ao sistema carcerário brasileiro, bem como verificar se o Estado brasileiro acatou a decisão do STF, e, por fim, avaliar se o Estado de Coisas Inconstitucional afeta a repartição dos poderes da República. Para a construção deste trabalho utiliza-se a metodologia de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, de natureza aplicada.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Coisas Inconstitucional. Sistema Carcerário Brasileiro. Direitos Fundamentais.

GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA JURÍDICA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO DIREITO

João Paulo dos Santos Lemes
Dr. Edson Rondon Filho

RESUMO

Este trabalho reflete sobre os fatores sociais como principais fontes da criação e da aplicação do Direito, ressalta a importância da matéria da Sociologia Jurídica para o estudante e para o profissional do Direito. Tem por objetivo explicar como os fenômenos sociais interferem no Direito, com o intento de compreender como ocorre a contribuição da Sociologia Jurídica no cotidiano do profissional desta área, com base no estudo do conteúdo sociológico das leis e das jurisprudências. A abordagem é qualitativa com método hermenêutico-jurídico e consiste em uma pesquisa explicativa, de acordo com os procedimentos técnicos dapesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Sociologia Jurídica. Formação Profissional.

GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA

PERSPECTIVAS DO *"LABELLING APPROACH"* NAS SOCIEDADES SUBCULTURAIS: UM ENSAIO JURÍDICO

Matheus Barreto Souza
Dr. Edson Rondon Filho

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo o estudo da discussão em torno da Teoria do *Labelling Approach*, que surgiu na década de 1960, a partir dos estudos sobre a criminologia, na famosa escola de Chicago, que está presente na sociedade brasileira e no sistema penal pátrio. O estudo visa compreender o surgimento das Sociedades Subculturais, ou seja, uma sociedade criada dentro de uma sociedade preexistente, para aqueles desajustados que não mais se adequam na principal. São abordadas as influências nas sociedades subculturais em decorrência do "Etiquetamento do Estado", e como essas situações são tradadas na atualidade pelo ordenamento jurídico brasileiro e como isso influencia no aumento da delinquência. Para o desenvolvimento da presente pesquisa fez-se uso do método dedutivo com abordagem qualitativa, em caráter eminentemente exploratório e uso do procedimento de pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Etiquetamento. Sociedade Plural. Cultura.

GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA

A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NO PROCESSO DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Larissa Mayra Morais do Nascimento
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

A desigualdade de gênero é um problema de origem complexa que afeta principalmente, as mulheres desde os tempos remotos, haja vista que as atividades se restringiam exclusivamente aos cuidados domésticos, sem direitos garantidos por lei e sem voz ativa perante à sociedade. Mesmo com o passar dos anos e as conquistas oriundas do movimento feminista, há ainda quem acredita na inferioridade feminina perante o sexo masculino, fato que indica que a sociedade brasileira não exerce plenamente o que dita o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, ou seja, que todos são iguais perante a lei. Para formação de uma sociedade mais consciente, marcada pela prática de igualdade de gênero, faz-se necessário estudos sobre o tema. Por isso, o objetivo desse trabalho é descrever sobre a importância do movimento feminista no processo do Artigo 5° da Constituição Federal de 1988. Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica da literatura científica, que disserta sobre o tema. Os resultados da pesquisa indicaram que a história do movimento feminista teve fundamental importância para o direito das mulheres e para uma sociedade com menos desigualdades, e ainda que, os princípios sexistas são transmitidos precocemente, por isso, é fundamental existir uma educação igualitária para reduzir as desigualdades de gêneros, presentes, tanto no dia a dia de mulheres, como em âmbitos profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Feminista, Constituição Federal, Igualdade de Gênero.

GT 11 – DIREITO DA PERSONALIDADE

O DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL DA PESSOA HUMANA E A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PATRONÍMICO

Débora Cristina Alves Ferreira
Esp. André Luís Picoli Herrera

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa faz uma abordagem sobre o direito à identidade pessoal como direito fundamental, relativo ao nome e busca esclarecer, através de pesquisas bibliográficas, as possibilidades de alteração do patronímico. A pesquisa é fundamentada em diversas doutrinas para melhor esclarecimento acerca do assunto, o método de análise é dedutivo, pois tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Neste contexto, o artigo explora e explica como surgiu o direito à identidade pessoal no Brasil, elucida sobre o direito ao nome e quais são seus elementos e, por fim, explora as possibilidades de alteração do sobrenome, ou também chamado de patronímico, sejam em virtudes necessárias ou voluntárias.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Civil. Direito à Identidade. Identidade Pessoal. Alteração do Patronímico.

GT 11 – DIREITO DA PERSONALIDADE

A MUDANÇA EXTRAJUDICIAL DE NOME E SEXO DE PESSOAS TRANSGÊNEROS: O IMPACTO SOCIAL E A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO À PERSONALIDADE

Luciana Guedes de Freitas da Silva Assunção
Me. Guilherme Angerames Rodrigues Vieira

RESUMO

Historicamente as pessoas transexuais, travestis e transgêneros encontram-se em uma posição na sociedade em que não é possível classificar como excluída ou posposta, mas sim, às margens das relações sociais. Esses aspectos tornam imprescindível o estudo aprofundado sobre os impactos judiciais e legais, e quais são os amparos jurídicos presentes na vida de uma pessoa transgênero que decide pela mudança de nome e de sexo. O nome do indivíduo tem como características a inalienabilidade, irrenunciabilidade e a imprescritibilidade. No que se refere à mudança de nome em razão da mudança de gênero, é importante citar que a jurisprudência apresenta a respeito do transexual. Assim, a partir da análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275 -ADI, o tema abordado versa sobre os impactos judiciais e legais da mudança de nome e sexo da pessoa transgênero, frente ao direito da personalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de Gênero. Inclusão Social. Direito de Personalidade

GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II

O TRATAMENTO JURÍDICO DADO ÀS NOTÍCIAS FALSAS (*FAKE NEWS*)

Ulisses Martins Ferreira
Esp. André Luís Picoli Herrera

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa faz uma abordagem sobre o tratamento jurídico dado às notícias falsas, chamadas de *fake news*, a mesma parte de pesquisas bibliográficas e é baseada em artigos referenciados de sites competentes e confiáveis, traz a conceituação, a forma de identificá-las, o risco e a capacidade de manipulação nas campanhas eleitorais. A forma de abordagem do problema desta pesquisa é qualitativa. O trabalho busca por uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos fenômenos e tem como objetivo analisar a capacidade de manipulação que a *fake news* possui em uma campanha eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: *Fake News*. Notícias Falsas. Liberdade de Expressão. Manipulação. Campanha Eleitoral.

GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II

A ERRADICAÇÃO DA POBREZA, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO CRIANÇA FELIZ – FAÇA UMA, EM ARAPUTANGA, MATO GROSSO

Dieniffer Lorrayne Sardinha de Araújo
Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao estudo dos projetos sociais enquanto constituição de uma resposta eficiente à questão social, quanto ao papel da sociedade civil na efetivação dos Direitos Fundamentais no Projeto Criança Feliz – Faça Uma. Os objetivos do estudo são abordar os efeitos produzidos pelas iniciativas sociais, avaliar o nível de qualidade de atuação e observar a postura social, o objeto de estudo é o público- alvo do Projeto Criança Feliz, Faça Uma, em Araputanga, município do interior mato-grossense. A metodologia aplicada se caracteriza como do tipo qualitativa: bibliográfica e pesquisa-ação. Para a composição da escrita fora consultada grande quantidade de material literário, virtual e os resultados foramobtidos através da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevista, via questionário digital, com os beneficiários do referido Projeto (residentes no município Araputanga), relatos pertencentes a voluntários e a membros da comunidade que acompanharam o desenvolvimento e atuação do Projeto, bem como a evolução dos integrantes das famílias assistidas.

PALAVRAS-CHAVE: Erradicação da Pobreza. Sociedade Civil. Projeto Criança Feliz – Faça Uma.

GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A SEGURANÇA PÚBLICA

Carlos Mendes Frazão
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

O presente trabalho abordará o tema dignidade da pessoa humana e a segurança pública, em razão da importância da discussão sobre os aspectos da dignidade da pessoa humana e sua inter-relação coma segurança pública. Nesta testilha, o objetivo deste trabalho é apresentar os principais aspectos da dignidade da pessoa humana e da segurança pública. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, coma análise de livros, artigos científicos e publicações sobre o assunto, por meio de uma pesquisa qualitativa exploratória. Com a realização da pesquisa verificou-se que a garantia da segurança pública nada mais é do que uma extensão do princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que, a gama de direitos e garantiaspara se obter a dignidade é extensa, sendo que, não tem como se falar em dignidade se o cidadão não possui segurança para se locomover, para trabalhar ou para descansar em sua residência, sem que sua vida, integridade física e emocional e patrimônio sejam colocados em risco.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade da Pessoa Humana. Segurança Pública. Estado Democrático de Direito.

GT 13 – DIREITO CIVIL

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO A PARTIR DA TEORIA PERDA DE UMA CHANCE

Fábio Henrique Santos Alves

Esp. Alice Bernadete Parra Merino

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a responsabilidade civil do advogado, a partir da teoria perda de uma chance, bem como quais as possíveis causas capazes de ensejar a responsabilidade civil do advogado que age com desídia em sua atuação profissional. Será feita uma análise da responsabilidade civil, dos pressupostos e modalidades. Abordar-se-á sobre a teoria perda de uma chance na advocacia e o posicionamento da jurisprudência quanto este tema. A pesquisa será bibliográfica, a pretensão é analisar detalhadamente os aspectos gerais da teoria perda de uma chance, principalmente na possibilidade de responsabilizar ou não o advogado que, diante de sua atuação, possa causar danos aos seus clientes. O estudo deste tema é de grande importância para a comunidade jurídica, pois o objetivo é identificar os advogados que prestam os serviços de forma deficiente aos seus clientes, de modo que causem danos sejam responsabilizados civilmente.

PALAVRAS-CHAVE: Reponsabilidade Civil. Advogado. Perda de Uma Chance.

GT 13 – DIREITO CIVIL

UMA ANÁLISE SOBRE A PRISÃO CIVIL POR DÉBITO ALIMENTAR E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Júlia Gabriela Araújo Cayres
Esp. Alice Bernadete Parra Merino

RESUMO

O direito aos alimentos é previsto no Código Civil e da Lei nº 5.478/1968 e dita regras quanto valores, possibilidades, obrigações e punição do devedor. A obrigação de alimentos é presente no meio social, e parte quase sempre das relações familiares e de parentesco, ao mais hipossuficiente é garantido o pagamento de valor razoável por pessoa familiar que tenha mais condições, caso o primeiro, não tenha meios para provê- la, seja ele menor de idade ou enfermo. A obrigação também decorre de casos indenizatórios, porém a relação da família com a prestação de alimentos é sempre mais forte e com mais destaque no Judiciário. O objetivo do presente trabalho foi observar a forma de processamento de uma demanda que se requeira aplicação de prisão civil e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, de forma exploratória e uso do método indutivo demonstrou que a prisão civil é regra ao devedor de alimentos, sendo esta a única possibilidade de prisão por dívidas, todavia, a análise do caso e aplicação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana faz com que as partes envolvidas possam ser impedidas de sofrer mais transgressões. A retirada de liberdade não é meio simples, haja vista que esta também é resguardada constitucionalmente, da mesma forma que a garantia de vida saudável custeada pela pecúnia advinda dos alimentos e assim, a depender do caso, a privação da liberdade poderia acarretar danos piores a ambas as partes, pois terceiros que também necessitem da liberdade do agente poderiam sofrer dano irreparável.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão Civil. Alimentos. Dignidade da Pessoa Humana.

GT 13 – DIREITO CIVIL

A CULTURA DOS CONTRATOS COMO FORMA DE PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL/MT

Fabiana Kely de Souza Sodré
Me. Everton Leandro da Costa

RESUMO

A figura da posse e da propriedade sempre foi um tema de suma importância para o nosso ordenamento jurídico. Os principais objetivos deste artigo é tratar da relevância jurídica do registro como meio de efetivação do Direito de propriedade imóvel e constatar qual a visão que a população de Reserva do Cabaçal/MT tem sobre esse instituto. Verificaremos quais procedimentos são necessários para conseguir chegar ao tão sonhado registro da propriedade. Abordaremos ainda a figura do Direito civil brasileiro, as diferenças entre a posse e a propriedade de um bem, o contrato de compra e venda e sua função social, sempre em observância ao que se refere a legislação pátria, e por fim, analisaremos o processo de aquisição e registro de imóveis no Cartório de 1º Ofício, no intuito de averiguar se há benefícios junto a tal aquisição.

PALAVRAS-CHAVE: Histórico e Significados da Função Social. Função Social dos Contratos. Aspectos Jurídicosdo Contrato.

GT 13 – DIREITO CIVIL

ALIENAÇÃO PARENTAL: CONCEPÇÕES ACADÊMICAS ACERCA DA EFICÁCIA DA LEI Nº 12.318/2010

Thays Stefany Krieger
Me. Everton Leandro da Costa

RESUMO

A dissolução da unidade familiar, muitas vezes, traz consigo diversos sentimentos negativos entre os genitores, como ódio, abandono, rejeição e até mesmo traição. Em diversos casos, esse cenário transpassa os genitores e influencia os filhos. Quando um dos genitores não consegue superar a separação se inicia um processo de desmoralização do outro genitor, com o intuito de afastá-lo da prole, o que pode transformar filhos em objetos de vingança. Em 2010 foi aprovada a Lei nº 12.318, responsável por contribuir na caracterização desses casos, a mencionada lei se tornou um instrumento de suma importância para o reconhecimento da gravidade da situação para a criança e para o adolescente. Desta forma, o presente artigotem como finalidade abordar a Lei nº 12.318/2010 e especificar o que é a alienação parental e a síndrome que decorre dela.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação Parental. Crianças e Adolescentes. Família.

GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II

MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO: A RESPONSABILIDADE DO ESTADO E A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Gustavo de Oliveira Rosales
Esp. Alice Bernadete Parra Merino

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como um direito de todos e é obrigação do Estado fazer com que isso seja possível. Porém, devido às limitações orçamentarias, é questionável se é dever e obrigação dos entes federados fornecer medicamentos de alto custo a todos que precisarem. Em um extremo é defendido o direito à vida, à dignidade da pessoa humana, de outro, é necessário considerar que os direitos, mesmo que fundamentais têm custos, no caso dos medicamentos de alto custo terá um aumento na despesa pública, que apesar da Constituição Federal prometer direito à vida e dignidade da pessoa humana, e apregoar a responsabilidade de cuidar da saúde de todos os brasileiros existem limitações financeiras para tanto. A presente pesquisa problematiza o tema, mas evidencia suas limitações, com a intenção de propor novos questionamentos para futuras investigações, especificamente no que tange ao debate de possível colisão entre direitos fundamentais individuais e coletivos. Por meio da pesquisa teórico-bibliográfica e documental foi possível construir análises temáticas, teóricas, interpretativas e comparativas, que permitiram uma abordagem crítico-epistemológica do tema proposto. A necessidade de abordarmos o tema decorre dos recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal, que decidiu que não há, em regra, a necessidade do Estado fornecer remédios fora da lista do SUS, no entanto existem exceções, desde que esse cumpra certos requisitos.

PALAVRAS-CHAVE: Judicialização. Fornecimento de Medicamentos. Dignidade da Pessoa Humana.

GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UM ESTIDO SOBRE O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL

Hudson Cunha Ramos
Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

RESUMO

As políticas públicas de saúde visam garantir o acesso da população urbana e rural aos serviços de saúde nas suas mais variadas formas, por meio de ações dos governantes. Com a promulgação da Constituição de 1988 surgiu o Sistema Único de Saúde (SUS), que deveria ser um sistema organizado de forma regionalizada, hierarquizada e descentralizado, que visasse fornecer atendimento integral e dar preferência às ações preventivas, sem, no entanto, prejudicar os serviços essenciais e que tudo isso fosse realizado com a participação da comunidade. O presente estudo buscou compreender como se efetivam as políticas públicas de saúde para o homem do campo, uma vez que, essa população, muitas vezes, está em lugares de difícil acesso, em permanente contato com agrotóxicos decorrentes da atividade produtiva, por vezes, não possui acesso à água tratada e ainda sofre grande exposição solar. Esses e outros fatores exigem que hajam políticas de saúde voltadas para esse público, políticas que contemplem as especificidades e necessidades decorrentes da vida no campo e em áreas rurais do Brasil. Para essa análise foi adotada uma abordagem qualitativa do problema, pois buscou-se compreender, de modo detalhado, as características de um determinado fenômeno, no caso as políticas públicas de saúde nas áreas rurais do Brasil. A classificação da pesquisa no que se relaciona aos objetivos foi exploratória e descritiva; como procedimento técnico fez o uso de bibliografias impressas e digitais. A partir da análise das informações apontam-se como principais resultados da pesquisa que o acesso aos serviços de saúde pela população residente nas áreas rurais ocorre através do programa Estratégia Saúde da Família (ESF).

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Direito à Saúde. Direito à Saúde no Campo.

GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II

PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ETC) EM FACE DO (NEO) LIBERALISMO

Igor Eduardo Del Moura Trindade

Ma.Edna Soares da Silva

RESUMO

Privatização é um termo que ganha espaço e volume dentro do Brasil. Desde do governo de Fernando Collor de Mello, com o plano de privatização, o país é influenciado pelo neoliberalismo que resgata a ideia de Estado mínimo e de livre mercado. As especulações a respeito da privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC) se intensificam neste período. Os representantes do Estado, influenciados por grupos econômicos que visam o baixo custo, forçam uma reestruturação do setor postal com o consequente prejuízo à população, principalmente em zonas mais afastadas dos grandes centros do País. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa ressaltam-se as peculiaridades dos fenômenos e pesquisas bibliográficas de artigos e livros, em conjunto com o direito comparado. O método é o dedutivo, porque parte de duas premissas gerais para uma conclusão. O trabalho discute também sobre a influência do neoliberalismo e como esse atingiu a população no país. Empós a contextualização da ETC dentro do cenário brasileiro, sua historicidade desde 1798 como empresa pública, em contraste com o desenvolvimento do país. Destaca-se por fim, que a privatização da ETC produziria grande impacto negativo para a sociedade, uma vez que, com o fim da função social que esta possui, definido por lei, milhares de trabalhadores seriam dispensados, o que dificultaria o acesso ao setor postal nas regiões mais distantes dos grandes centros do Brasil e o acesso da população de classe baixa aos serviços dos Correios.

PALAVRAS-CHAVE: Doutrina Socioeconômica. Desestatização. Estatais.

GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II

O AUXILIAR ADMINISTRATIVO NA FUNÇÃO DE PRESIDENTE DE PAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA

Masterson Felipe da Silva

Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

Em vários momentos de nossa vida este é um assunto que sempre nos intrigou e esta, sem dúvida, foi uma oportunidade para tê-lo mais próximo, de o analisarmos mais detalhadamente. A pesquisa será realizada pela forma qualitativa, exploratória, bibliográfica e o método a ser utilizado será o método dedutivo. Trata- se de uma análise do ato de nomeação, como também dos atos praticados por Auxiliar Administrativo na presidência de um PAD – Processo Administrativo Disciplinar baseados na Lei Complementar 157 e 158, sob a luz dos princípios Constitucionais e Administrativos como Legalidade, Moralidade e Eficiência. Com base nas leituras realizadas e, a partir das atribuições do cargo de Auxiliar Administrativo, a função de presidente de PAD pode se mostrar temerária, uma vez que a Lei Complementar não o legitima a praticar tais atos, a formalidade da lei exige, imprescindivelmente, como fator de validade, que o agente para praticar determinado ato esteja investido em cargo com atribuições compatíveis com tais. Também a Portaria de nomeação à função de presidente não está de acordo com os princípios constitucionais e administrativos, e pode, inclusive, ser anulada tanto pela própria administração, quanto pelo Poder Judiciário, ainda pode acarretar responsabilidade ao gestor que chancela o ato administrativo e o evidenciar prejuízo ao erário público.

PALAVRAS-CHAVE: Auxiliar Administrativo. PAD. Princípios Constitucionais e Administrativos.

GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICA II

A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NOS ATOS DISCRIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Paulo César Alves de Araújo
Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a interferência judicial dos atos discricionários em vista do advento da Constituição Federal de 1988, com o posterior surgimento das teorias de controle judicial. A pesquisa realizada foi bibliográfica e jurisprudencial. A compreensão de conceitos preliminares do poder discricionário foi utilizada para a introdução do tema, e, posteriormente, tratou-se da interferência judicial. Ademais, o estudo das teorias do controle judicial torna-se válido para a constatação destes na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Restou demonstrado que para se garantir direitos fundamentais dos administrados é possível conceder maior amplitude e interferência ao Poder Judiciário nos atos discricionários praticados pela administração pública como bem aduz a doutrina e a jurisprudência.

PALAVRAS-CHAVE: Ato Administrativo. Discricionariedade. Poder Judiciário.

GT 15 – DIREITO PENAL I

A VIOLAÇÃO DO SEGREDO DE JUSTIÇA EM CRIMES SEXUAIS E O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DENTRO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Bruna Caroline de Castro Pereira
Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

Os crimes sexuais, além da violência gerada pela prática do delito culminam também em diversos efeitos posteriores para as vítimas. Desse modo, faz-se necessário a criação de mecanismos de proteção às vítimas, bem como de outros aspectos entorno da apuração criminal. Essa necessidade de preservação e de atenuar os efeitos do crime leva em consideração a criticidade dessas práticas, o que provocou a determinação do segredo de justiça, sob os processos e procedimentos que analisam todos os crimes considerados sexuais. Assim, o presente trabalho tem por objetivos abordar a temática do dispositivo do segredo de justiça, especificamente quando essa descrição processual é aplicada em casos que envolve crimes sexuais e demonstrar as implicações positivas no curso da apuração de crimes, na proteção psicológica, social e moral da vítima, bem como da preservação dos direitos do acusado. De outro lado, busca indicar também, as problemáticas enfrentadas pela violação do instituto do segredo de justiça, no âmbito procedimental e social. O trabalho é divido em três partes, concernentes em ponderações acerca das normas constitucionais, penais e processuais penais que englobam a temática, os aspectos positivos da aplicabilidade do segredo de justiça e, ao final, os fatores que decorrem de sua violação. Como meio de possibilitar a presente pesquisa foram utilizados o método dedutivo e a pesquisa qualitativa, de modo que os procedimentos técnicos foram realizados por meio de pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e com análise de casos concretos.

PALAVRAS-CHAVE: Sigilo Processual. Dignidade da Pessoa Humana. Crimes Sexuais. Violência Contra a Mulher.

GT 15 – DIREITO PENAL I

ABANDONO INTELECTUAL: A INEFICÁCIA DO DIREITO PENAL COMO MECANISMO COERCITIVO PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Jéssica Schuch da Silva
Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar, de forma crítica, a criminalização dos pais e responsáveis pelo crime de abandono intelectual, que atualmente não compatibiliza com a tarefa exercida pelas leis penais, uma vez que a família como um bem jurídico pode facilmente ser protegida por outras áreas do Direito, e até mesmo pela via administrativa, quando há necessidade de um limite na atuação do Estado no meio familiar para que não ocorra um efeito diverso do esperado ao buscar uma proteção através do direito penal. Para tanto, a abordagem será qualitativa com método dedutivo com base em pesquisa bibliográfica realizada em doutrinas, fontes abertas como internet e legislação nacional vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Abandono Intelectual. Direito Penal.

GT 15 – DIREITO PENAL I

DO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: DA EXEGÉTICA À REPRESSÃO ESTATAL E SUA APLICABILIDADE

Marcos Murilo Azevedo Duarte
Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

O crime de Lavagem de Dinheiro advém de origem antiga, o mesmo passou a ser conhecido por volta da década de 1920, este é um crime estruturado que demanda análise para que seja identificado, e o Estado por meio da criação de leis como a 9.613/98 e 12.683/2012 utiliza de todas suas prerrogativas possíveis para identificar, prevenir e punir quem o pratica. Os objetivos do estudo são analisar o crime de Lavagem de Dinheiro e fazer um levantamento desde sua origem, conceito, fases e procedimentos, e também mostrar a efetividade da Lei. 9.613/98 e as alterações trazidas pela Lei. 12.683/2012, como meios de reprimir tal prática. A metodologia adotada é qualitativa, o foco do trabalho é observar a profundidade analítica, bem como a complexidade do crime. Os procedimentos técnicos que foram adotados são pesquisas bibliográficas, elaboradas a partir de livros, artigos, doutrinas e legislação. O levantamento de dados foi feito a partir de material *online*. O método é o dedutivo. Os resultados evidenciam que o referido crime está em constante evolução, que todo lavador tem seu próprio meio de estruturar e lavar o dinheiro. O Estado precisa de organismos que acompanhem a evolução deste crime, de leis específicas para essa modalidade de crime e ainda criar meios de prevenção, identificação e punição, na tentativa de reprimir o crime de lavagem de dinheiro.

PALAVRAS-CHAVE: Crime. Lavagem de Dinheiro. Repressão.

GT 16 – DIREITO PENAL II

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O DIREITO PENAL: A INFLUÊNCIA DA DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Thaís Virgínia Ribeiro Luz

Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos analisar sobre a influência da divulgação de notícias, pelos meios de comunicação no ordenamento jurídico, expor a relevância de se manter o sigilo no processo penal, principalmente no que se refere ao inquérito policial, como um instrumento para adquirir as primeiras provas, bem como analisar o procedimento do Tribunal do Júri e a possibilidade de haver a influência da mídia sob o juízo de valoração dos jurados, assim como a violação ao princípio da presunção da inocência. A abordagem é qualitativa com método dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica realizada em fontes abertas como na internet e na legislação nacional vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Influência. Ordenamento Jurídico.

GT 16 – DIREITO PENAL II

O ESTUPRO VIRTUAL E SUAS POSSIBILIDADES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Willian Leal de Souza
Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

O presente artigo aborda a atuação do ordenamento jurídico brasileiro frente aos casos de estupro virtual. Além disso, dentro das inúmeras possibilidades de atuação, a Lei 12.015/09, que alterou a redação do artigo 213 do Código Penal (Estupro), trouxe inovações e interpretações ao dispositivo citado e amplia a sua aplicabilidade. Vale destacar que a expressão "estupro virtual", trata-se do cometimento do crime de estupro através do uso da internet, como meio para se alcançar o fim descrito no tipo em questão. É válido pontuar que nos casos de estupro virtual a internet opera como meio de constrangimento, de grave ameaça e exposição para que o sujeito tenha contato com a vítima o que possibilita a prática de ato libidinoso dissentido entre eles. Espera-se que o artigo sobre o referido tema ofereça informações que contribuam no campo do Direito Penal, bem como para o aprimoramento das práticas no ordenamento jurídico brasileiro. O referido artigo foi escrito a partir de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, baseado em literatura específica e apresenta a importância de ações e medidas que venham assegurar privacidade e segurança aos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Estupro Virtual. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Direito Penal.

GT 16 – DIREITO PENAL II

DOS CRIMES HEDIONDOS E SUA RELEVÂNCIA JURÍDICO-SOCIAL: A (IM) POSSIBILIDADE DE PROGRESSÃO DE REGIME NO CUMPRIMENTO DE PENA

Pablo Costa Peruchi
Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Pela busca do compreender imperativo da criação de leis no âmbito da vida em sociedade surge a presente proposta de produção aliada à qualificação de hediondez aos desregrados da lei. Referendamos a relevância do instituto criminal da progressão de regime que sofreu várias alterações com a entrada em vigor da lei 13.964/2019, vulgo "Pacote Anticrimes. Para desenvolver o presente estudo faremos uso dos métodos de pesquisa bibliográfico, bem como os métodos dedutivo e qualitativo. O artigo trata da evolução do direito de punir desde a antiguidade até a época presente. com a criação dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), independentes e harmônicos entre si, fazendo assim, com que a aplicação deste direito de punir seja efetivamente justa, abandonando a tirania que ocorre quando estes poderes estão concentrados em uma única pessoa (monarca). A lei de Crimes Hediondos foi criada e atribuiu o caráter de hediondez a tipos penais preexistentes, elenca em seu texto um rol taxativo, adota o sistema legal e torna estática sua aplicação, isto é, não acompanhou a evolução da sociedade, uma vez que o pensamento dos indivíduos está em constante mutação, ou seja, nenhuma conduta poderá eternamente ser considerada ilícita. Ademais, trataremos também acerca das alterações feitas pela Lei 13.964/19, vulgo "Pacote Anticrimes" que alterou, substancialmente, a progressão de regime, bem como a aplicação de benefício do livramento condicional, tanto para os crimes hediondos, quanto para crimes não hediondos.

PALAVRAS-CHAVE: Prisões no Brasil. Lei de Execuções Penais. Hediondez.

GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL

TRABALHO ANÁLOGO À CONDIÇÃO DE ESCRAVO NO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO- MT: UM ESTUDO DE CASO

Fabiana Martins
Me. Guilherme Angerames Rodrigues Vieira

RESUMO

O presente artigo almeja demonstrar o trabalho escravo no Brasil, sendo analisado o direito desses trabalhadores, a partir da perspectiva assegurada na Constituição Federal de 1988, como forma defesa da dignidade humana e valorização do trabalho. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, a escrita tomoucomo base a pesquisa bibliográfica, abalizada em artigos, livros, jurisprudência e outros. Foram coletadas informações de ações com fatos ocorridos no município de Porto Esperidião/MT. Optou-se pelo estudo de um caso sem identificar as partes. Em alguns casos os trabalhadores que se encontram em situação análoga a de escravo foram aliciados em sua região natal para prestarem serviço em locais distantes, com promessas de bons salários e condições adequadas de trabalho. O intuito principal deste artigo é que o leitor entenda quais são os requisitos necessários para configurar o trabalho análogo à condição de escravo e sua tipificação criminal.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Escravo. Dignidade Humana. Condição de Escravo.

GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL

LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO SOBRE AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 13.827/2019

Maria Carolina Cunha Resende
Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo verificar como acontece a proteção da mulher vítima de violência doméstica, através das medidas protetivas de urgência prevista na Lei nº 11.340/2006, também conhecida como "Lei Maria da Penha". A violência doméstica contra a mulher é um fator histórico-cultural e que, infelizmente, ocorre com frequência nos dias atuais. Após muitas lutas e reivindicações em busca de direitos surgiram mecanismos de proteção ao combate da violência doméstica. A vigência da Lei nº 13.827/2019 contribuiu de forma significativa para a diminuição da violência doméstica, pois as medidas poderão ser aplicadas diretamente pela autoridade policial com a função de tornar o procedimento mais célere. Constatou-se que as medidas protetivas de urgência são eficazes, porém a mudança de comportamento é o primeiro passo para se livrar dos paradigmas e preconceitos impostos pela sociedade, a fim de se combater o verdadeiro núcleo da violência contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica Contra a Mulher.

GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL

EFEITOS SOCIAIS DA CORRUPÇÃO E OS MEIOS ATUAIS DE PREVENÇÃO E COMBATE

Rogério da Silva
Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus

RESUMO

A corrupção não é fenômeno social novo no Brasil, ela está impregnada nas veias do Estado brasileiro desde sua gênese, do período colonial até a atualidade. O presente trabalho tem como objetivos destacar os principais efeitos sociais da prática da Corrupção no Brasil, demonstrar quais os meios que o Estado utiliza para a prevenir e a combater. Fora utilizada a pesquisa bibliográfica e o método dedutivo para chegar aos resultados. O trabalho evidencia que os efeitos da corrupção sobre a sociedade são devastadores, haja vista que os mais atingidos são os menos favorecidos que dependem das políticas públicas. Para evitar e combater essa prática, o Brasil dispõe de mecanismos de prevenção e combate, consistentes em legislações e órgãos governamentais independentes. No entanto, a implementação desses mecanismos se monstra deficiente. Recentemente tivemos como maior iniciativa de combate à corrupção a Operação Lava Jato, que deu a sensação de justiça à sociedade, com a prisão e a condenação de várias pessoas importantes, porém o seu processo demonstrou falhas, violações de direitos e efeitos colaterais negativos à economia, o que provocou a perda de vários postos de trabalho, principalmente no ramo da construção civil.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção. Efeitos Sociais. Meios de Prevenção e Combate. Operação Lava Jato.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL

EXECUÇÃO PENAL: UM OLHAR A PARTIR DO DIRETOR E AGENTES PENITENCIÁRIOS DA PENITENCIÁRIA DE ARAPUTANGA/MT

Viviana Ventura de Oliveira
Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus

RESUMO

A crise do sistema penitenciário brasileiro é algo corriqueiro de estudo no mundo acadêmico. Grande parte dos interesses pelos estudos é devido à violação de direitos e liberdades fundamentais aos indivíduos reclusos. O presente trabalho limita-se a estudar a execução penal sob a visão dos profissionais que atuam no sistema, quais sejam, o diretor e os agentes penitenciários. Assim, foi escolhido como campo de abrangência a Cadeia Pública de Araputanga/MT. Tal como os detentos, os profissionais, que atuam nesse espaço, também possuem direitos e liberdades fundamentais violados pela má administração do sistema carcerário por parte do Poder Executivo, seja ele na esfera federal, estadual ou municipal. A pesquisa tem como objetivos descrever as expectativas dos profissionais carcerários antes de ingressarem na carreira e os principais problemas enfrentados no exercício da profissão, explicitar a relação do diretor e agentes penitenciários com os presos, coletar dados dos conflitos decorrentes da relação do diretor e dos agentes penitenciários com os reeducandos, com ênfase aos problemas enfrentados na penitenciária de Araputanga/MT e analisar os dados e traçar um perfil dos problemas do sistema prisional brasileiro, em especial os da referida penitenciária. O trabalho utilizou-se das ambas formas de abordagem, quantitativa, caracterizada pelo emprego de um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema, e a qualitativa com seus vários enfoques na coleta de informações, no que atine os objetivos a pesquisa será exploratória e descritiva, com técnicas de coletas de dados provenientes pesquisa bibliográfica, o levantamento dos dados fora feito com a aplicação de questionário no universo de pesquisa situado na cidade de Araputanga/MT, os métodos usados foram o dedutivo e o dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Execução Penal. Diretor Penitenciário. Agentes Penitenciários.

GT 18 – DIREITO DO TRABALHO

A INCONFORMIDADE CONSTITUCIONAL DA TARIFAÇÃO NOS CASOS DE INDENIZAÇÃO POR DANO EXTRAPATRIMONIAL NO DIREITO DO TRABALHO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 13.467/2017

Késia Fernanda de Souza Tenório
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

Este trabalho tem como escopo discorrer acerca da possível inconstitucionalidade existente nos artigos 223-A a 223-G, incorporados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir da Lei nº 13.467/2017, popularmente conhecida como Reforma Trabalhista. Esses artigos foram inseridos com o objetivo de regulamentarem o dano extrapatrimonial existente nas relações empregatícias do Direito do Trabalho. Devido à contemporaneidade da matéria abordada, bem como a pertinência de se tratar acerca dos danos extrapatrimoniais nas relações de trabalho, justifica-se a importância de discorrer acerca do assunto, inferir, ainda, que seja de interesse da maioria trabalhadora da nossa sociedade. Para a construção do texto foi necessária uma série de pesquisas relacionadas ao tema que resultaram na metodologia de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de natureza aplicada.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Trabalhista. Dano Extrapatrimonial. (In)constitucionalidade.

GT 18 – DIREITO DO TRABALHO

O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Marcus Andrey Gobatte de Mattos
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

O tema proposto nesta pesquisa objetiva avaliar o que é assédio moral, e suas consequências como uma violência moral, também procura identificar os comportamentos que distinguem o assédio, suas sequelas fisiológicas e psicológicas. O objetivo geral deste trabalho é realizar uma pesquisa sobre a aplicação do princípio da dignidade humana nos casos de assédio moral no ambiente do trabalho. Os objetivos específicos são: analisar os impactos que o assédio sobre a dignidade do trabalhador; demonstrar como o judiciário trabalhista responde esta afronta ao trabalhador, identificar as medidas punitivas e indenizações concedidas e apresentar um estudo sobre o quanto o assédio moral perverte a relação de emprego e o mundo de trabalho. Através dos estudos pode-se observar que o casuísmo característico das pressuposições de assédio no trabalho atua contra o estabelecimento de diretrizes concisas, sob o risco de superdimensionamento da incidência dessas agressões, graças a uma noção negligente que é pouco operativa.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Moral. Dignidade da Pessoa Humana. Ambiente de Trabalho.

GT 18 – DIREITO DO TRABALHO

REFORMA TRABALHISTA: IMPACTOS JURÍDICOS CAUSADOS PELA SUPRESSÃO DAS HORAS *IN ITINERE:* UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Sérgio Emanuel Lemes do Prado
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

As horas *in itineres* ou horas de trajeto eram muito utilizadas por quem trabalhava em locais de difícil acesso e não servido por transporte público, principalmente funcionários de frigoríficos, e trabalhadores rurais, os quais recebiam um valor pelas horas que gastavam do trajeto entre casa-serviço e vice-versa, o que, de certa forma, era benéfico aos trabalhadores. Não obstante, com a reforma trabalhista de 2017, o principal marco negativo no ordenamento jurídico, a referida reforma traz consigo um rol de críticas, pois com a exclusão ou modificação de diversos artigos da CLT, muitos direitos dos trabalhadores, foram excluídos, entre esses o que regulamentava as horas *in itinere*, que eliminou da esfera jurídica toda tese doutrinária e jurisprudencial que alicerçou e fez a regulamentação dessas horas. O presente trabalho tem o condão de apresentar sobre a jornada de trabalho, bem como explicar como surgiram as horas de itinerários, demonstrar a inconstitucionalidade da reforma trabalhista ao ferir diversos princípios constitucionais e trabalhistas e, por fim, analisar os impactos jurídicos causados aos trabalhadores com essa supressão.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Trabalhista. *Horas In Itinere*. Jornada de Trabalho.

GT 18 – DIREITO DO TRABALHO

VALIDADE DA COBRANÇA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL: CONTRADIÇÃO NA SUSPENSÃO DE COBRANÇA

Thiago Luís Braga Munareto
Esp. Jean Ferreira Dias

RESUMO

Este artigo visa esclarecer e motivar indagações a respeito da (in)constitucionalidade do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural, abreviado como FUNRURAL. A validade da cobrança do tributo gera inseguridade jurídica sob sua contradição na suspensão da cobrança, e exala grandes objeções pelos magistrados do Supremo Tribunal Federal. O controverso artigo 25 da Lei n. 8.212/1991, com a redação dada pela Lei n. 10.256/2001, após o advento da Emenda Constitucional n. 20/1998, com intuito de exação ignora as bases da natureza jurídica e regra-matriz de custeio da seguridade social vigente no país. A inclusão do tributo instiga a inviabilidade do setor contribuinte do país, além do aumento de inadimplência, afasta-se investimentos do Agronegócio, categoria a qual tem sustentado o país durante a crise atual através da geração de empregos, e alimentos no âmbito mundial. Com a alta carga tributária estabelecida no país acrescida com o indevido Fundo de Assistência do Trabalhador Rural põe à beira de um precipício toda cadeia produtiva agropecuária do país. No intuito de sanar os questionamentos desse fundo, o presente artigo delibera uma série de princípios jurídicos, artigos e pensamentos doutrinários que esclarecem a inconstitucionalidade da cobrança do FUNRURAL.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. (In) Constitucionalidade. Contribuição Social. Contribuinte Pessoa Física. Contribuinte Pessoa Jurídica. FUNRURAL. Tributo.

GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO

DIREITO SUCESSÓRIO DECORRENTE DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA *POST MORTEM*

Érika Andrade Pereira de Souza
Me. Everton Leandro da Costa

RESUMO

A evolução das civilizações sempre é acompanhada de inovações tecnológicas, que costumam facilitar o cotidiano e viabilizar acontecimentos antes impensados, que influenciam em diversas áreas da vida humana. O Direito como instrumento regulador desses acontecimentos deve se harmonizar com as transfigurações sociais, oriundas de novas tecnologias. A inseminação artificial homóloga *post mortem* ressignificou o conceito de filiação e sua concepção, dessa forma, pede regulamentação jurídica quanto a seus efeitos no direito sucessório. A herança dos bens do gerador de cujus é uma matéria com pontos silentes pela lei, que a presente pesquisa objetiva demonstrar. A pesquisa parte de uma apuração bibliográfica ~~e~~ de legislações vigentes e revogadas. O que se verifica é que a evidente evolução da sociedade com relação ao respeito aos direitos humanos e sua integração com a tecnologia enseja que se invoque a isonomia entre os modos de filiação diferentes, como feito no passado, com a intenção de atender os novos anseios e necessidades da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Inseminação Artificial. Filiação. Inovações Tecnológicas. Isonomia. Direito Sucessório.

GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL POST MORTEM: O DIREITO DE SUCEDER DO NASCITURO APÓS O PRAZO ESTABELECIDO A PRÓLE EVENTUAL

Adriano Tavares Rodrigues

Me. Everton Leandro da Costa

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivos analisar a possibilidade de inseminação artificial *post mortem*, discutir os principais aspectos do direito da herança, a particularidade da tecnologia reprodutiva humana, os adeptos dos princípios constitucionais inerentes à inseminação artificial e o posicionamento hostil da teoria sobre o assunto. Com o avanço da biotecnologia, os casais que desejam ter filhos, mas não poderiam ter por algum motivo, agora podem. Diversas tecnologias de reprodução assistida trouxeram oportunidades para os casais. Os avanços trazem fatos e comportamentos inéditos, cabe à lei acompanhar as consequências dessas mudanças sociais. A inseminação artificial é uma das tecnologias de reprodução assistida e tem sido amplamente utilizada. Fatos comprovam que a falta de leis e regulamentos no Brasil tem feito com que as pessoas questionem o direito de herança por meio da inseminação artificial. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo avaliar todos os aspectos do sistema jurídico atual e analisar os princípios e direitos básicos, afim de encontrar soluções alternativas para os litígios.

PALAVRAS-CHAVE: Inseminação Artificial *Post Mortem*, Direito das Sucessões, Reprodução Humana.

GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO

A ADOÇÃO TARDIA E O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIAL

Vitória Godoy
Me. Everton Leandro da Costa

RESUMO

Os objetivos deste artigo são analisar, de forma detalhada, os aspectos jurídicos e sociais que contribuem para que ocorra a adoção tardia, bem como sugerir propostas para amenizar a referida problemática, tendo em vista que o direito à convivência familiar deve ser visto sob o prisma dos direitos humanos. O estudo evidencia a problemática em relação às crianças acima de quatro anos de idade e os adolescentes, que são aqueles que possuem maior dificuldade em serem adotados, o que faz com que as pessoas escolham adotar pelo método chamado de "adoção à brasileira" e isso contribui para que crianças e adolescentes esperem cada vez mais para voltar a ter uma convivência familiar adequada. Em razão disso, nas considerações finais apresentamos propostas construtivas para que seja efetivado esse direito a essa parcela da população.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção tardia. Acolhimento Institucional. Convivência Familiar. Direitos Humanos.

GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO

O ESTELIONATO SENTIMENTAL NAS RELAÇÕES DE NAMORO: FATOS, JURISPRUDÊNCIA E INTERPRETAÇÃO

Dhieniffer Thaís Rodrigues Leite
Me. Guilherme Angerames Rodrigues Vieira

RESUMO

O presente artigo busca analisar as relações afetivas que ainda não são reconhecidas juridicamente. O mesmo procura elucidar a relação de namoro, visto que essa união pode ser desfeita de forma unilateral por qualquer uma das partes por se tratar apenas de conhecimento e convívio temporário entre as partes. Vale destacar que as identificações dos estelionatários sentimentais são reconhecidas, basicamente, por jurisprudências e artigos. O trabalho propõe apresentar a responsabilidade civil daqueles que se utilizam do afeto e apego da boa-fé da vítima para obter benefícios próprios, ou seja, enriquecimento sem causa, com promessas infundadas de estabelecer uma união estável. Vale mencionar que este estudo trata de um caso específico que aborda a responsabilidade civil, denominado "Estelionato Sentimental", julgado pela primeira vez na 7° Vara Cível de Brasília, que condenou um homem a restituir sua ex-namorada os valores de dívidas adquiridas no decorrer do relacionamento em prol do ex-namorado. Para a escrita deste artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas, de caráter qualitativo, com base em leitura dedutiva que evidencia a importância das ações e medidas que possam assegurar proteção às vítimas. Em suma, a pesquisa contribui para uma melhor compreensão do posicionamento jurisprudencial e da adequação da legislação diante das relações de namoro, além de buscar identificar os elementos que venham caracterizar o estelionato sentimental.

PALAVRAS-CHAVE: Estelionato Sentimental. Relação de Namoro. Reparação dos Danos.

GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO

A CONCEPÇÃO *POST MORTEM* E O DIREITO SUCESSÓRIO NA FECUNDAÇÃO HOMÓLOGA

Thaís Weber Silva Azevedo Fockink
Me. Guilherme Angerames Rodrigues Vieira

RESUMO

Esse artigo apresenta a abordagem acerca da repercussão jurídica na sucessão por meio da inseminação homóloga *post mortem*, a qual se refere principalmente ao direito sucessório dos filhos concebidos *post mortem* do genitor. Trata, de forma breve, sobre a problemática ante a falta de legislação nas técnicas de reprodução assistidas, seja ela homóloga ou heteróloga, em específico a homóloga e seus avanços no ramo das Sucessões, que é o ponto principal do presente artigo. O método utilizado para explanar sobre o tema é o dedutivo. O trabalho está dividido em cinco partes, em um primeiro momento dissertaremos sobre o conceito de pessoa natural, aquisição da personalidade jurídica do nascituro e teorias acerca da personalidade jurídica. A segunda parte refere-se ao conceito de concebido, enquanto a terceira parte aborda sobre as técnicas de inseminação artificial, a relação da reprodução assistida e a regulamentação do biodireito e da bioética, frente aos avanços tecnológicos. Na quarta parte são apresentadas as consequências no ramo do Direito Sucessório. E por fim, na quinta parte, dissertaremos sobre a posição dos doutrinadores, que divergem sobre o direito sucessório da filiação *post mortem*, frente à questão em estudo verifica-se que rege ainda a necessidade de autorização expressa do depositário do material genético criopreservados.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Sucessão. Técnicas de Reprodução. Inseminação Homóloga *Post Mortem*.

ANAIS FCARP *Vol. 1, n° 1 - 2021* **Direito**

GT 20 – DIREITO REGISTRAL E DIREITO DO CONSUMIDOR

O USO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Eduardo Queiróz Silva Oliveira
Esp. André Luis Picoli Herrera

RESUMO

Desde os primórdios, no mundo ocidental, os contratos entre consumidores e fornecedores tinham uma certa equiparidade. Nota-se que o mercado consumidor iniciou um crescimento em exponencial, enquanto o direito não conseguiu acompanhar se fez necessário o implemento de meios para balancear as partes na relação de consumo. O Código de Defesa do Consumidor - CDC dispõe em seu artigo 4º, vários princípios, porém o da boa-fé objetiva se faz o mais importante, por ter como função asseverar a tutela consumerista visto que o consumidor é a parte hipossuficiente desta relação. Nas relações de consumo, o Estado possui um papel vital para manter a ordem entre as partes e tem em voga o uso do princípio da boa-fé como meio extremamente eficaz nas lides consumeristas, seu prisma moral como conduta individual (boa-fé subjetiva), e, especialmente, seu aspecto legal como dever de agir dos fornecedores nas relações de consumo (boa-fé objetiva), principalmente seu destaque de importância no CDC. Em sequência, observa-se que o Poder Judiciário, o Executivo, Parquet, bem como outros órgãos administrativos assumem várias medidas com o objetivo de colocar as partes na relação de consumo em equidade, com fulcro no uso do princípio da boa-fé para impedir lides provindas das relações consumeristas. Neste estudo serão dispostas reflexões históricas a respeito do assunto e será evidenciado como esse princípio se consolidou e ainda algumas medidas utilizadas e sua eficácia.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio da Boa-Fé. Boa-Fé Objetiva e Subjetiva. Boa-Fé nas Relações de Consumo.

GT 20 – DIREITO REGISTRAL E DIREITO DO CONSUMIDOR

FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: UM ESTUDO DOS PROCEDIMENTOS EM CARTÓRIO

Gabriela Cristina de Matos Gonzaga
Esp. Rute De Laet e Soares

RESUMO

O presente estudo traz como tema a filiação socioafetiva: um estudo dos procedimentos em cartórios, com o intuito de verificar a relação socioafetiva na maternidade e paternidade, pois existe uma relação de afeto estabelecida entre pessoas que convivem e exercem os direitos e deveres inerentes à posição paterna ou materna e a de filho, mesmo sem ter laço consanguíneo. A pesquisa procura estabelecer uma definição atualde entidade familiar, aborda a evolução da família e filiação, aponta a relevância do afeto para alcançar à filiação socioafetiva. O trabalho se desenvolve em um estudo composto em capítulos, quais sejam a evolução histórica da família e filiação, os procedimentos de cartório, a paternidade socioafetiva e a evolução do reconhecimento da filiação socioafetiva. O estudo enfatiza o Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017, editado pelo Conselho Nacional de Justiça para regular, em todo território nacional, o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, entre outras deliberações. A metodologia utilizada no presente trabalho é a pesquisa bibliográfica elaborada a partir de material publicado (livros, artigos, teses e outros).

PALAVRAS-CHAVE: Filiação Socioafetiva. Provimento nº 63. Família Contemporânea

GT 21 – DIREITO PENAL III

LEI DO FEMINICÍDIO: SEU RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO

Gabriela Martins de Oliveira
Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

Este trabalho tem como escopo analisar a Lei nº 13.104/2015, que traz motivos que desfiguram a necessidade de tipificar crimes praticados contra a mulher, decorrente de gênero. Até a sanção desta Lei, assassinatos de mulheres eram julgados genericamente como homicídios, geralmente apresentava os agravantes de crime torpe ou fútil. A referida lei foi motivada por recomendações de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que investigou a violência contra as mulheres, tendo assim a motivação de tentar dimensionar os assassinatos e os diferenciar. Nesse contexto a Lei 13.104/2015 modificou o código penal e classificou como crime de Feminicídio os crimes hediondos no Brasil, no qual a infração é praticada contra mulheres sobre o motivo da premissa de ser do sexo feminino. O preceito da lei de feminicídio é disponibilizar a garantia para todas as meninas e mulheres, ao ser utilizada quando for efetuado crime contra a mulher pelos motivos da condição de ser do sexo feminino. O objetivo do trabalho é analisar a importância do reconhecimento da Leido Feminicídio nos julgamentos dos tribunais.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio. Lei Maria da Penha. Igualdade de Gênero.

GT 21 – DIREITO PENAL III

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ART. 28 DA LEI DE DROGAS – LEI 11.343/2006

Rudson César da Silva
Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

O presente artigo analisa a possibilidade de aplicar o princípio da insignificância no art. 28 da Lei 11.343 de 2006, qual seja, o porte para uso pessoal de drogas. Com base nisso foi feito um estudo quanto ao conceito, natureza jurídica e as inovações trazidas pelo art. 28 da Lei 11346/06. O trabalho avalia os precedentes dos doutrinadores e do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal para analisar os posicionamentos e fundamentos adotados frente à aplicação do princípio da insignificância.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio da Insignificância. Lei 11.343/2006. Posse de Drogas.

GT 21 – DIREITO PENAL III

DO TRÁFICO PRIVILEGIADO À AUSENCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO PARA DISTINGUIR O USUÁRIO DO TRAFICANTE

Wellington Leonel Alves
Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a doutrina e a legislação penal sobre a aplicação da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) referente aos critérios subjetivos e ausência de critérios objetivos tipificados nos artigos 28 e 33, e 33, §4º, da referida lei. A abordagem ao tema foi feita por meio da pesquisa bibliográfica mediante leitura das obras e da legislação referenciada através do método dedutivo para explicar os entendimentos. No presente estudo descreve desde as condutas tipificadas, a forma de abordagem do Estado, os números do sistema penitenciário e as consequências da aplicação equivocada da Lei de Drogas. Nas considerações finais é sugerida uma melhor abordagem das políticas públicas sobre a repressão às drogas, pois o caráter de defesa da saúde pública se mostra falho e contraditório.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico. Critérios Objetivos e Subjetivos. Sistema Prisional.

ÍNDICE QUALIFICATIVO DOS ORIENTADORES

Esp. Alice Bernardete Parra Merino

Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia,Ciências e Letras de Jales (1988), graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Educação Ciências e Letras Urubupungá (1980) e graduação em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2004), Especialização em Direito Civil e Direito Processual Civil, na Universidade Cândido Mendes (ATAME) em 2010, Especialização em Metodologia do Ensino Superior , em 1986, CEUB - Centro de Ensino Unificado de Brasilia, Brasilia, Especialização em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, em fase de Monografia, Universidade Cândido Mendes (ATAME) Especialização em Direito Penal e Processo Penal, Universidade Cândido Mendes (ATAME) em fase de monografia. Atualmente é professora das Disciplinas Juizado Especial Cível e Criminal e Direito Processual Civil e Orientadora do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Católica Rainha da Paz-FCARP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em DIREITO, atua principalmente nos seguintes temas: assédio consequência do trabalho, homoafetividade, união estável, família, averbação, embargos, expropriação**,** direito, responsabilidade, acidente de trabalho e homossexulidade, adoção e família.

Esp. André Luíz Picoli Herrera

Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Bacharel em Direito pela Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga – FCARP, e cursando bacharelado em Administração Pública (UNEMAT). Pós-graduado em Direito Notarial e Registral, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil. Atualmente é mediador/conciliador judicial (certificado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso), advogado, procurador jurídico do município de Guaíra - PR, docente, com aulas ministradas na Unemat (Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso), Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) e na Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (ESFAP-MT), nas disciplinas de Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Teoria Geral do Processo, Economia Política e Criminologia. Possui certificação internacional em coaching (Professional Executive Coach Certification). Aprovado nos concursos públicos de provas e títulos para outorga de delegações de notas e de registro dos Estados de Mato Grosso e do Ceará e para o cargo de procurador jurídico do município de Guaíra - PR.

Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jales-SP (1990), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004). Exerceu o cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura de Araputanga, no período de 2006 a julho de 2011. Professora da Faculdade Católica Rainha da Paz - FCARP - Araputanga-MT. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia - FCARP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Direito (NUPEDI) FCARP. Tem experiência na área da Educação, atua principalmente nos seguintes temas: educação, movimentos sociais, políticas educacionais, legislação da educação, formação de

professores, gestão democrática e participação, planos municipais de educação. Participou no ano de 2000 de missão de estudos na área de Gestão Escolar e Parcerias em Educação, nos Estados Unidos (Washington e New York) promovido pela embaixada americana no Brasil, CONSED, UNESCO e pelo Departamento Americano de Educação. Vencedora do concurso (2005) "Projeto Publicação de Trabalhos Científicos" contextualizado no Programa de Estudos e Geração de Conhecimento e Políticas Públicas pelo Governo de Mato Grosso com a pesquisa "Democracia na escola pública e participação de professores". Moção de Aplausos concedida pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (2009) pelos relevantes serviços educacionais prestados à educação do município de Araputanga com a construção das políticas públicas dentro dos princípios da Gestão Democrática.

Ma. Edna Soares da Silva

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (1998), Especialização em Direito Penal e Processo Penal e Direito Ambiental Urbano pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/2014); Processo Civil pela Universidade de Cuiabá (UNIC) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2005). Durante os anos de 2008 e 2009 foi Professora Substituta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Diretora Financeira do Centro Educacional Maria Auxiliadora em Cuiabá/MT(CEMA). É advogada, inscrita na OAB/MT sob o nº. 11.601. Atuou como Consultora do Projeto de Educação no Sistema Prisional da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), no período de 2009 a 2012 e como professora no Curso de Direito da UNED/ Diamantino no período de 2003 a 2007. Também prestou serviço como professora na Academia de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Atualmente é professora contratada da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) sendo membro do NDE - Núcleo Docente Estruturante - do Curso de Direito da FCARP e do Conselho Editorial da Revista Espaço Acadêmico da FCARP. Tem experiência na área de Ensino Jurídico, com ênfase nas seguintes áreas: Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito Ambiental.

Dr. Edson Benedito Rondon Filho

Pós-Doutorado junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), na modalidade III (PD-III) (2020). Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP) / França (2013). Mestre em Educação (IE/ UFMT - 2008). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC - UFMT (2008). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC- UFMT (2003). Bacharel em Ciências Sociais (UFMT - 2010). Bacharel em Direito pela UFMT (2001). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (1994). Docente do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP). Docente colaborador do Mestrado em Sociologia do PPGS/ UFMT. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE), do Instituto de Educação (IE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCI) da UFMT. Sócio Fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

Me. Everton Leandro da Costa

Mestre em Direitos Coletivos, Cidadania e Função Social pela Universidade de Ribeirão Preto, Pós Graduado *lato sensu* pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Processual trabalhista; Pós Graduado em Tecnologia e Educação à Distância pela AJES; Pós Graduando em Direito das Famílias e Sucessões; Pós Graduando em Tutoria em Educação à Distância; Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais. Atualmente é Professor Universitário - Tendo como experiência profissional na docência a PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas; PUC MinasPontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Professor Orientador Nacional da Rede de Ensino LFG / UNIDERP; Coordenador da Escola Superior de Advocacia - ESA/MG; Professor da FCARP- Faculdade Católica do Mato Grosso; Membro efetivo do Núcleo Docente Estruturante da FCARP - MT; Professor na Academia de Policia Militar de Minas Gerais; Professor na Faculdade do Norte do Mato Grosso - AJES; Professor na Faculdade do Vale do Juruena - AJES; Professor na Faculdade do Vale do Rio Arinos - AJES; é também advogado atuante e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seção MG, com ênfase na área Processual, Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito trabalhistae Empresarial.

Me. Guilherme Angerames Rodrigues Vieira

Possui Graduação em Direito(2007) e Mestrado em Educação(2015) pela Universidade de Mato Grosso – UNEMAT. É servidor efetivo da UNEMAT como profissional técnico e tem atuado também como professor na EaD pela UAB/Unemat. Vem exercendo a docência na Educação Superior como professor da Faculdade do Pantanal – Fapan, nas áreas de Direito, Ciências Sociais, Filosofia, e Cultura. Coordena o Centro de Pesquisa em Ciências Humanas/Unemat e tem se envolvido em estudos sobre Juventude e Violência em projetos institucionais e financiados (Fapemat e CNPq). Tem atuação como membro de conselhos institucionais (Curador, Unemat Editora, Câmara de Extensão), municipais (Pessoa Idosa, Cultura, Turismo, de Cáceres-MT) e estadual (Grupo Gestor da Escola de Conselhos de MT). Escreve crônicas sobre cultura, comportamento, pessoas e regionalismo mato-grossense. Membro do Corpo Docente do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, Araputanga/MT.

Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade de Cuiabá-MT (2002), especialista em Gestão Empresarial pela Universidade de Cuiabá (2003) e Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), cursou a Escola da Magistratura do Paraná-PR (2007). É advogada, no escritório Advocacia Sousa & Oliveira, assessora jurídica da Câmara Municipal de Araputanga-MT, professora do curso de Direito e do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Católica Rainha da Paz Araputanga MT.

Esp. Jean Ferreira Dias

Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2019). Possui graduação em Direito pela Faculdade Católica Rainha da Paz (2013 - 2017). Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal (2018 - 2018, Verbo Jurídico), Direito Público (2018 -2018, Verbo Jurídico) e Pós-Graduando em Filosofia (Estácio). Autor do livro Transformados - Geração Z, pela Editora Garcia Edizioni, (2016). Atualmente é advogado, com ampla experiência nas áreas civil, criminal, consumidor trabalhista e previdenciário.

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Possui Graduação em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (2002), Marília/SP, Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (2008), Marília/SP, Especialista em Direito Ambiental Urbano pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2014), Cuiabá/MT, Bacharel em Teologia e Juiz de Paz Eclesiástico, pela Faculdade Teológica Nacional (2016) e, Mestre em Teologia pela Faculdade Teológica Nacional. É pós-graduado em Segurança no Trabalho pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, Pós-Graduando em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e, Graduando em Pedagogia pela Faculdade Intervale. Atualmente é Coordenador do Curso de Segurança do Trabalho da FCARP, Araputanga/MT, Coordenador dos

Projetos de Responsabilidade Social Direito em Ação da Faculdade Católica Rainha da Paz - FCARP,Araputanga/MT, Membro do Corpo Docente da Faculdade Católica Rainha da Paz - FCARP, ministro das cadeiras de Direito Internacional, Ciência Política com ênfase em Teoria Geral do Estado, Filosofia Geral e Jurídica, Teoria do Direito, Métodos Alternativos de Solução de Conflitos, Direito e Tecnologia, Ética Geral e Profissional, Antropologia e Direito Processual Penal com ênfase em Execução Penal. Editor Geral da Revista Informativa "Espaço Acadêmico" e Presidente da Subcomissão da Revista Informativa Espaço Acadêmico no âmbito do curso de Direito, Editor Geral da Revista Eletrônica Científica "Scientia & Sabere", Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Membro do NUPEDI (Núcleo de Pesquisa e Estudos em Direito) exerce a liderança do Grupode Pesquisas "Direito, Historiografia e Cultura brasileira". É também Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Cáceres/MT nas disciplinas: Metodologia da Pesquisa Jurídica, Direito e Bioética; exerceu a liderança do Grupo de Pesquisas "Processualística Penal, Direitos Humanos e Cultura". Exerceu ainda a Coordenação do Grupo de Estudos "Garantismo Constitucional, Violência Doméstica Negra e Direito Sistêmico" e, Garantismo Constitucional, Cultura e História Afro da Academia Brasileira de Direito Constitucional e, Curitiba/PR. Mediador de Conflitos certificado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - TJMT, Comarca de Mirassol d' Oeste/MT. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em TEORIA GERAL DO DIREITO E DO ESTADO, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito, Ensino, Música, Cultura e História. Tem por foco principal, ensinar, que implica no ato de propiciar uma reflexão crítica acerca da realidade concreta que capacita o aluno a processar transformações, através do oferecimento de oportunidades e experiências organizadas com a finalidade de facilitar a apropriação, julgamento e recriação de complexo e variados conhecimentos, habilidades e atitudes, necessárias aopleno exercício de sua cidadania e função social.

Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus

Mestre em Direito Público - Universidade Gama Filho/Universidade Veiga de Almeida/RJ, Orientador Dr. Antônio Celso Pereira Alves. Especialização em Direito e Processo Penal - Universidade Cândido Mendes/RJ, Orientadora Doutora Valesca Rodrigues; e em Direito Tributário Faculdades CERS/PE. Especialização em Direito Previdenciário em andamento - Faculdades CERS/PE. Graduação em: Direito - Universidade Cândido Mendes/RJ; e em Biblioteconomia - UFMG. Professora de Direito Penal e Direito Previdenciário - Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga/MT - FCARP; é Advogada - OAB/MG.

Esp. Marcos Cezar Farias Lyra

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003). Foi Delegado de Polícia Civil do Estado do Tocantins no ano de 2013. Atualmente é Delegado Regional de Pontes e Lacerda (PJCMT).

Esp. Rute De Laet e Soares

Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (1999). Especialista em Direito Ambiental à Distância II pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2014). Especialista "Lato Sensu" em Direito Público pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT (2000). Durante os anos de 2000 a 2017. Foi Assessora Jurídica do Banco Cooperativo

Sicredi Noroeste de MT. Atuei como Assessora Jurídica do Município de Reserva do Cabaçal/MT durante os anos de 2000 a 2010. É advogada, inscrita na OAB/MT sob o nº 6119. Professora contratada da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) tendo lecionado nos anos de 2001 a 2014 no Curso de Ciências Contábeis, nas disciplinas de Legislação Trabalhista e Previdenciária e Instituições de Direito, e no Curso de Administração as disciplinas de Noções de Direito e Direito Administrativo e Tributário. Professora celetista da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) desde 2008 até a presente data leciona no Curso de Direito, ministrou as disciplinas de Direito Constitucional I e II, Hermenêutica Jurídica, Introdução ao Estudo de Direito I e II, Juizado Especiais Cíveis e Penais, Estágio Supervisionado I, II, III e IV, Direito Administrativo I e II, Direito Processual Civil I e II.